

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIV

FLORIANÓPOLIS, 18 DE ABRIL DE 2005

NÚMERO 5.410

15ª Legislatura  
3ª Sessão Legislativa

**MESA**

Julio Cesar Garcia  
**PRESIDENTE**

Herneus de Nadal  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Djalma Berger  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Lício Mauro da Silveira  
**1º SECRETÁRIO**

Pedro Baldissera  
**2º SECRETÁRIO**

Valmir Comin  
**3º SECRETÁRIO**

José Paulo Serafim  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
João Henrique Blasi

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Manoel Mota

**PARTIDO DA FRENTE  
LIBERAL**  
Líder: Antônio Ceron

**PARTIDO DOS  
TRABALHADORES**  
Líder: Paulo Eccel

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Clésio Salvaro

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO LIBERAL**  
Líder: Odete de Jesus

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**

Jorginho Mello – Presidente  
Celestino Secco - Vice Presidente  
Onofre Santo Agostini  
Sérgio Godinho  
Romildo Titon  
Joares Ponticelli  
Vânio dos Santos  
Paulo Eccel  
João Henrique Blasi  
**Terças-feiras, às 9:00 horas**

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E  
DESENVOLVIMENTO URBANO**  
Rogério Mendonça – Presidente  
Reno Caramori - Vice Presidente  
Wilson Vieira – Dentinho  
Narcizo Parisotto  
Nelson Goetten  
Nilson Gonçalves  
Vânio dos Santos  
**Terças-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**

Francisco de Assis – Presidente  
Celestino Secco – Vice Presidente  
Antônio Aguiar  
Afrânio Boppré  
Francisco Küster  
Mauro Mariani  
Narcizo Parisotto  
**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,  
E POLÍTICA RURAL**

Reno Caramori – Presidente  
Dionei Walter da Silva - Vice Presidente  
Mauro Mariani  
Afrânio Boppré  
Narcizo Parisotto  
Francisco Küster  
Gelson Merísio  
**Quartas-feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**

Afrânio Boppré – Presidente  
Antônio Carlos Vieira - Vice Presidente  
Sérgio Godinho  
Antônio Aguiar  
Paulo Eccel  
Francisco Küster  
João Henrique Blasi  
**Terças-feiras, às 10:00 horas**

**COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**

Wilson Vieira – Dentinho – Presidente  
Gelson Merísio - Vice Presidente  
Antônio Ceron  
Antônio Carlos Vieira  
Dionei Walter da Silva  
Rogério Mendonça  
Manoel Mota  
Francisco Küster  
Odete de Jesus  
**Quartas-feiras, às 09:00 horas**

**COMISSÃO DE SEGURANÇA  
PÚBLICA**

Dionei Walter da Silva – Presidente  
Onofre Santo Agostini - Vice Presidente  
Wilson Vieira – Dentinho  
Manoel Mota  
Nilson Gonçalves  
Sérgio Godinho  
Antônio Carlos Vieira  
**Quartas-feiras às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE ECONOMIA,  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E  
MINAS E ENERGIA**

Gelson Merísio – Presidente  
Paulo Eccel – Vice Presidente  
Joares Ponticelli  
Genésio Goulart  
Vânio dos Santos  
Jorginho Mello  
Sérgio Godinho  
**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TURISMO E  
MEIO AMBIENTE**

Sérgio Godinho – Presidente  
Ana Paula Lima – Vice Presidente  
Jorginho Mello  
Nelson Goetten  
Afrânio Boppré  
Reno Caramori  
Simone Schramm  
**Quartas-feiras, às 13:00 horas**

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Antônio Aguiar– Presidente  
Joares Ponticelli - Vice Presidente  
Clésio Salvaro  
Odete de Jesus  
Genésio Goulart  
Ana Paula Lima  
Dionei Walter da Silva  
**Terças-feiras, às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,  
DE AMPARO À FAMÍLIA E À  
MULHER**

Nilson Gonçalves – Presidente  
Odete de Jesus – Vice Presidente  
Cesar Souza  
Simone Schramm  
Ana Paula Lima  
Reno Caramori  
Francisco de Assis  
**Quartas-feiras às 10:00 horas**

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E DESPORTO**

Paulo Eccel  
Ana Paula Lima  
Antônio Ceron  
Celestino Secco  
Odete de Jesus  
Romildo Titon  
Simone Schramm  
**Quartas-feiras às 08:00 horas**

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO  
MERCOSUL**

Antônio Carlos Vieira – Presidente  
Francisco de Assis - Vice Presidente  
Gelson Merísio  
Romildo Titon  
Vânio dos Santos  
Nilson Gonçalves  
Narcizo Parisotto  
**Terças-Feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE ÉTICA E  
DECORO PARLAMENTAR**

Clésio Salvaro – Presidente  
Francisco de Assis– Vice Presidente  
Celestino Secco  
Antônio Ceron  
Wilson Vieira – Dentinho  
Cesar Souza  
Joares Ponticelli  
Narcizo Parisotto  
João Henrique Blasi  
**Terças-Feiras, às 18:00 horas**

**DEPARTAMENTO  
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração, montagem e distribuição.  
Diretor: Eder de Quadra Salgado

**Divisão de Taquigrafia:**

responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.  
Diretora: Lenita Wendhausen  
Cavallazzi

**Divisão de Divulgação e****Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.  
Diretor: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA**  
**ANO XII - NÚMERO 1643**  
**1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES**  
**EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS**

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 022ª Sessão Ordinária da  
15ª realizada em 14/04/2005.....2

**Atos da Mesa**

Ata da Mesa DP .....12  
Atos da Mesa .....12

**Publicações Diversas**

Ata de Comissão Permanente.....  
.....16  
Audiência Pública.....16  
Ata da Procuradoria.....22  
Aviso de Resultado.....23  
Extratos .....23  
Leis.....23  
Lei Complementar .....23  
Ofícios.....24  
Portarias .....24

**PLENÁRIO**

# ATA DA 022ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2005 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As nove horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Carlos Vieira - Celestino Secco - Dionei Walter da Silva - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Julio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Nilson Machado - Odete de Jesus - Paulo Eccel - Rogério Mendonça - Simone Schramm - Valmir Comin - Vânio dos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos Srs. Deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, Deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários desta grandiosa Casa Legislativa, amigos que nos assistem, imprensa falada, escrita, televisada, senhores, o que nos traz a esta tribuna hoje é para agradecer aos colegas Parlamentares por terem prestigiado a nossa inauguração, ontem.

Esta Deputada sentiu-se muito honrada, muito feliz com a presença do Presidente desta Casa Legislativa, Deputado Julio Garcia, que esteve lá participando do culto, do início ao fim. Quero agradecer também ao Deputado Manoel Mota, que se fez presente, prestigiando-nos. Contamos com a presença do Líder do Governo nesta Casa, o Deputado João Henrique Blasi, de demais autoridades, do Prefeito desta cidade e de representantes. Quero agradecer também ao Secretário Adjunto da Educação, professor Diomário Queiróz, que também se fez presente.

Recebi muitos agradecimentos, Deputado Manoel Mota, de diversos Deputados que não puderam comparecer devido a muitas atividades, a compromissos assumidos. E nós sabemos que a vida de um Parlamentar não é fácil. Eu sempre digo, Srs. Deputados, que todas as pessoas deveriam passar por esta Casa Legislativa, para ver, para vivenciar tudo sobre a vida de um Parlamentar, para ver que as atividades são tantas, são diversas.

Muitos dos que não foram mandaram representante para participar conosco e outros também se justificaram. E eu quero agradecer pelas justificativas, uma vez que tinham compromissos. Muitos estavam até na estrada, presos. Então, esta Deputada se sentiu muito feliz.

E hoje saiu uma notinha no Diário Catarinense, na pág. 40, sobre a nossa inauguração do Templo Maior da Fé, onde as pessoas poderão participar em qualquer horário - às 8h, às 15h e às 19h30min.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Nobre Deputada, desejo cumprimentá-la e dizer que ontem foi uma noite memorável, com a presença do Presidente da Casa, Deputado Julio Garcia, com a presença do Líder do Governo nesta Casa, Deputado João Henrique Blasi, e outras autoridades que V.Exa. já mencionou.

Nós vivenciamos a inauguração da Igreja Universal do Reino de Deus. O templo ficou muito bonito, e a pregação mexeu com o coração de cada um que lá estava. E gostaria de dizer que nos sentimos muito bem, muito feliz, por estar presente naquele instante.

Parabéns a V.Exa. e a toda aquela equipe extraordinária, que trabalha, e muito, para que se alcance sempre o grande objetivo, que é estar junto a Deus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Nobre Deputado, agradeço-lhe pelo seu aparte. V.Exa. falou sobre a pessoa que estava lá, que nos tocou muito forte. Mas aquela pessoa que falou com todos nós naquele culto é o Senhor, que soa nos corações.

Ali não estávamos para colocar em evidência quem estava pregando, porque a nossa vida na terra é passageira. Hoje estamos aqui, mas não sabemos o nosso futuro, porque ele não nos pertence.

Mas quem tocou, Deputado Manoel Mota, forte em nossos corações foi Aquele que sempre anda conosco: Aquele que guarda a nossa casa, Deputado Celestino Secco; Aquele que sonda os corações, o justo Juiz; Aquele que nos pesa em balanças fiéis. Por isso é que nas reuniões as pessoas dizem que ficam emocionadas. É a presença de Deus!

Mas eu quero agradecer, mais uma vez, a esta Casa Legislativa e a todos os 39 Parlamentares pelo apoio que tive.

Mas, Sr. Presidente, ainda tenho mais um assunto para falar. Quando pegamos um jornal para ler ficamos entristecida porque há muitas notícias que nos desagradam. Há notícias boas, mas também há notícias más, que nos entristecem, que deixam a população, às vezes, em pânico, preocupada, apavorada e triste.

Agora, Srs. Deputados, temos mais um problema para ser combatido, que é o problema do salmão importado que muitas vezes compramos para comer. O do nosso Estado não tem problemas, mas aquele salmão importado de outros países que nós compramos está causando danos à nossa saúde.

Eu já estou entrando com uma solicitação, Deputada Ana Paula, através da Comissão de Saúde, a qual pertence, juntamente com outras Comissões de Mérito, para que seja realizada mais uma audiência. E para essa audiência pública vou solicitar que sejam convocados, depois da apreciação dos demais membros da nossa Comissão, o Secretário da Saúde, Eduardo Cherem, um representante da Anvisa, um representante da vigilância sanitária e um representante dos mercados, para que eles nos esclareçam da real situação.

Não estamos aqui para apavorar a população, mas o papel do Parlamentar é esclarecer aos catarinenses se há ou não perigo, se isso causará danos ou não à saúde. Porque quando temos um problema, temos que eliminá-lo, pois não adianta minimizá-lo, temos que arrancar a erva daninha pela raiz. O que nós queremos? Queremos que a população viva bem, alimente-se bem e esteja tranquila.

Esta Deputada, inclusive, é Autora de um projeto que visa que todos os donos de supermercados coloquem bem visível a data de validade dos produtos promocionais, para que a população não venha a comprar produtos vencidos, causando com isso danos à sua saúde.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Sr. Deputado Genésio Goulart, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, hoje ocupo este espaço reservado ao nosso Partido para falar da visita do nosso Governador, em exercício, ontem, na região da Amurel, mais especificamente no Município de Laguna, onde tive o prazer de acompanhá-lo. Inclusive fiquei pouco nesta Casa porque tive que acompanhar o nosso Governador, e depois só consegui voltar por volta das 21h. Quero até justificar para a Deputada Odete de Jesus que foi por isso que não deu para chegar em tempo para a inauguração da Igreja da Fé, ontem.

Então, ficamos muito tempo na BR-101 por causa da grande chuva que ocorreu. Esta é a justificativa de eu não ter podido comparecer, juntamente com o nosso Governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira.

Mas a nossa viagem, com certeza, foi bastante produtiva. O nosso Governador visitou o Município de Laguna, região a qual, graças a Deus, represento, dando atenção aos seus pleitos. Tenho recebido apoio deste Governo, do Governador Luiz Henrique da Silveira e do seu vice, Eduardo Pinho Moreira, e de todos os nossos Secretários de Estado. Então, posso dizer que a nossa região foi muito bem atendida.

Ontem, Srs. Deputados, foi inaugurada, mais uma vez, uma escola e pela terceira vez foi enviado ao hospital de Laguna o valor de R\$ 130 mil. Ontem, também, a Secretária Regional da 29ª Secretaria de Laguna fez o relato do investimento que foi feito na educação daquela Secretaria que abrange cinco Municípios. Foram prestadas contas de mais de R\$ 14 milhões investidos na educação em pouco mais de dois anos de Governo de Luiz Henrique da Silveira e de Eduardo Pinho Moreira.

É uma demonstração, realmente, de que o Governo do Estado, juntamente com os seus parceiros que o acompanham, que trabalham, que são os Secretários; juntamente com os Partidos que fazem composição com este Governo, tem se dedicado muito à área da educação e à área social.

Então, temos acompanhado o trabalho do Sr. Governador e isso, com certeza, é motivo de felicidade, porque, como disse aqui a Deputada Odete de Jesus, a nossa preocupação é que o nosso povo tenha cada vez mais qualidade de vida.

Graças a Deus, este Governo tem se preocupado muito com isso. E, ontem, deu essa demonstração novamente à nossa região da Amurel quando foi assinada também a ordem de serviço no valor de R\$ 2,8 milhões para a construção do sambódromo, que já era um compromisso seu desde o ano passado, ou seja, mais um investimento para o nosso Município.

Com isso o Governo vem somando nas suas atividades; vem cumprindo com os seus compromissos; vem honrando com aquilo que prometeu. E nós, que estamos aqui exatamente representando as nossas bases, representando a nossa região, temos o dever, a obrigação de ficar acompanhando as ações do Governo naquilo que vem fazendo. E a nossa preocupação é exatamente no sentido de, juntamente com o Governo, com os Secretários e com as empresas do Governo, contribuir com a nossa população. E se cada um de nós fizer a sua parte, com dedicação, com vontade, buscando uma alternativa, tenho certeza de que conseguiremos melhorar bastante a qualidade de vida da nossa população catarinense.

Posso afirmar aqui, com muita tranquilidade, que hoje eu, que já fui Vereador e Prefeito do Município de Tubarão, me considero, no meu primeiro mandato como Deputado Estadual, um homem feliz porque tenho conseguido, juntamente com o Governador, Luiz Henrique da Silveira, e o vice, Eduardo Pinho Moreira, atender a quase todas as necessidades da minha região. E muitas obras, com certeza, que estavam arquivadas estão sendo executadas, outras estão em andamento, como é o caso da Avenida Felipe Schmidt, de Braço do Norte, e de muitas escolas da região. Inclusive, são tantas escolas reformadas e ampliadas, que o Governo não dá conta de inaugurá-las. Em

Tubarão, já foram inauguradas cerca de quatro escolas e temos mais duas já prontas há mais de 90 dias e o Governo não consegue um espaço na sua agenda para fazer a inauguração.

Temos ainda tantas outras obras que estão em andamento, a exemplo do Aeroporto Regional de Jaguaruna, que está sendo feito juntamente com a participação dos Municípios e do Governo Federal. Mas é uma obra que o Governo Estadual está administrando e que, com certeza, vai ser uma alavanca muito grande para a economia da nossa cidade e da nossa região.

Como já falei aqui na semana passada, em função da construção deste aeroporto, outras empresas estão sendo atraídas para se instalarem no nosso Município e região. Inclusive, o empresário tubaronense Genésio A. Mendes está investindo no Farol Shopping em torno de R\$ 40 milhões e a perspectiva é que vai gerar mil empregos diretos.

E para a felicidade dos Deputados desta Casa, que muito lutaram, principalmente o Deputado Manoel Mota, o Governador Luiz Henrique da Silveira e o vice, Eduardo Pinho Moreira, enfim os Deputados do Sul de Santa Catarina, pela duplicação da BR-101, essa obra também já está acontecendo.

Podemos citar outras obras, como é o caso também da ampliação do Porto de Imbituba, que é considerado o maior Porto do Brasil. E, para nossa felicidade também, é na região da Amurel.

Então, essas são obras que estavam arquivadas, que estavam sendo reivindicadas há muito tempo e que foram uma batalha destes Deputados durante muitos anos, e graças a Deus agora estão saindo do arquivo e acontecendo.

Há também a preocupação do Governo do Estado com relação à saúde dos catarinenses. Eu estou na política desde 1992, quando fui candidato a Governador. Sinceramente, respeitando todos os Governos que por aqui já passaram, devo dizer que nunca vi, nesse tempo em que participo da política diretamente, tanta atenção pelo então Secretário Fernando Agostini e atualmente por parte do Secretário Eduardo Cherem e da Secretária-Adjunta Carmem Zanotto à saúde dos catarinenses, Deputado Manoel Mota. Inclusive, ontem ela me repassou que só de AIHs represadas, atrasadas de Governos anteriores, foram pagos R\$ 18 milhões, valor este que o Governo não precisaria pagar. Para o Hospital Nossa Senhora da Conceição, mais de R\$ 1 milhão já foram repassados; para os hospitais da região da Amurel - ontem foi prestado contas -, mais de R\$ 2 milhões também já foram repassados; e para Santa Catarina, só das AIHs represadas, foram repassados mais de R\$ 18 milhões.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar V.Exa., eminente Deputado Genésio Goulart, pela ida do Governador ontem a sua região.

Há poucos dias, o hospital que presta relevantes serviços a Tubarão recebeu do Governo do Estado, pela primeira vez, uma ação efetiva de recursos, mais de R\$ 500 mil. Ontem V.Exa. acompanhou o Governador quando foi a Laguna levar também recursos para o hospital de lá.

Então, é o Governo atuando por toda Santa Catarina. Este é um momento novo de um Governo que busca o encaminhamento, que busca a solução. Junto com a população,

junto com os Conselhos, ele busca as alternativas que são fundamentais para cada região. Por isso, evidentemente que Santa Catarina vive um novo momento.

Eu quero cumprimentar V.Exa. e dizer que agora, com o nosso companheiro e amigo Deputado Eduardo Cherem naquela Pasta, a Secretaria da Saúde vem fazendo um relevante trabalho, descentralizando de uma vez por todas a ação da saúde para as regiões e atendendo aos problemas de alta complexidade. Portanto, evidentemente que o Governo está no caminho certo e por isso as alternativas estão acontecendo.

Quero cumprimentar V.Exa. e dizer que, com certeza, este é o caminho que o povo catarinense desejava e que agora está acontecendo.

Parabéns, Deputado!

O SR. DEPUTADO GENÉSIO GOULART - Muito obrigado, Deputado Manoel Mota.

Quero fazer também referência a essa atuação do nosso Governo, um Governo presente, sendo que ontem foi registrada a décima segunda ida do Governador ao Município de Laguna. Isso quer dizer que a descentralização deu certo e que este Governo não tem discriminação.

Ontem, estavam lá recebendo recursos o Prefeito do Município de Laguna, que é do PT, e o vice-Prefeito, que é do PP, e tendo os mesmos privilégios, com certeza, como se fosse um Prefeito do PMDB. Tudo isso quer dizer que esse dinheiro que foi levado, ontem, e que é levado com frequência para os Municípios de todo o Estado de Santa Catarina, tem uma grande participação e uma grande importância de decisão.

Hoje não são somente o Governador, o vice-Governador e os Secretários Estaduais que decidem para onde e para quem vai o dinheiro. Quem decide é o Conselho Regional de Desenvolvimento de cada Secretaria Regional. Portanto, com relação ao recurso que o Estado encaminha para as Secretarias e que vai para o Orçamento, é o Conselho Regional que decide a sua destinação, Deputado Gelson Sorgato. Mas, antes, isso vai à discussão. Eu já participei de várias reuniões do Conselho em que o Prefeito da cidade apresenta o projeto, justifica-o e o Conselho debate e decide, sendo que tudo é feito com muita democracia e com muita clareza, sem discriminação.

Isso tudo que foi criado é muito interessante, apesar de alguns membros da Oposição ainda não terem assimilado este projeto do Governo do Estado. Mas, com certeza, tudo é uma questão de tempo. O tempo é que vai se encarregar de demonstrar a necessidade da implantação das Secretarias Regionais e dos Conselhos Regionais. Antes tudo era decidido somente por uma pessoa, que era o Governador do Estado, mas hoje, não! Tudo é decidido numa reunião do Conselho Regional, sendo que o Prefeito apresenta o projeto e o Conselho debate, decide e o convênio é assinado pelo Secretário Regional.

Então, isto, sim, chama-se democracia, isto, sim, chama-se ter uma atenção especial para a população catarinense!

Em Santa Catarina temos milhões de pessoas que antes não tinham como falar com o Governador ou com o Secretário. E hoje há uma facilidade muito grande, Deputado Paulo Eccel, para falarem com o Governo do Estado, já que cada cidade tem o seu subgoverno, tem a sua Secretaria. Portanto, o povo tem essa facilidade para chegar até a Secretaria e fazer as suas reivindicações, os seus pedidos para que o Secretário, junto com os Deputados das suas bases, possa fazer os encaminhamentos

para o Governo do Estado, que daí terá a facilidade de despachar e de atender a esses pedidos que não são poucos, já que a necessidade do povo catarinense é muito grande. E com a nossa participação, bem como das Secretarias Regionais, com certeza o Governo se torna mais fácil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o Sr. Deputado Celestino Secco, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, antes de adentrar ao tema que aqui venho abordar, eu gostaria, a bem da verdade, não de retificar, mas apenas de recolocar verdades verdadeiras - não verdades verbalizadas - sobre o que aqui foi colocado ainda há pouco. Vejam que R\$ 18 milhões em AIHs represadas são uma verdade, mas dizer que o pagamento é competência exclusiva deste Governo é uma inverdade, já que no Governo do qual eu participei nós pagamos R\$ 56 milhões, Deputado Antônio Carlos Vieira, em AIHs represadas.

Dizer - e aí eu não sei qual é o número exato - que se levou para o Hospital Nossa Senhora da Conceição, de Tubarão, ontem... Disse o Deputado Genésio Goulart que foi R\$ 1 milhão, se bem ouvi, e o Deputado Manoel Mota, através de um aparte, disse que pela primeira vez o Governo estava transferindo para o Hospital de Tubarão R\$ 500 mil. Bem, eu não sei se o que vale é R\$ 1 milhão ou R\$ 500 mil. E é possível que sejam R\$ 500 mil pela primeira vez neste Governo, porque o Deputado Genésio Goulart e a Irmã Enequina, que deve estar me ouvindo, sabem que no Governo do qual participamos nós transferimos recursos - não sabemos precisar neste momento quanto - para o Hospital Nossa Senhora da Conceição, extraordinariamente dirigido pela Irmã Enequina, que é sua eleitora, graças a Deus, Deputado Genésio Goulart.

Portanto, não é a primeira vez que o Estado transfere recursos e sim talvez a primeira vez neste Governo. Então, não quero contraditar, mas acrescentar às informações aqui dadas outras informações que se conjugam e que repõem a diretriz da verdade que deve ser um compromisso de todo homem público.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Deputado Celestino Secco, realmente é interessante a forma como os Deputados do Governo se apresentam. Parece-me, sim, que quem está no Governo abomina receber dívida, mas tem uma grande satisfação em deixá-la - eu deixo dívida, mas não quero receber dívida.

Então, veja que o fato de pagarem, hoje, compromissos que o nosso Governo deixou... Mas, por consequência, o nosso Governo também quitou a dívida que eles deixaram. Aí não se conta, aí são favas contadas.

Nós vamos aguardar, porque se fala muito em dinheiro e em recursos. O que está-se notando é que há muita promessa, muito compromisso e que no final vai ser dívida que vão deixar. E nós vamos acompanhar, sim, para ver o que vai sobrar de dívida para o futuro Governador, seja ele quem for. Não quero dizer que seja desse ou daquele Partido, mas que vai ficar dívida, vai. E aí está: a prestação de contas de 2004 já demonstra um resto a pagar de 2004 para 2005.

Então, obviamente, que isso vai acontecer em 2005. Espero que o Tribunal de Contas atenda, no particular a Secretaria da Saúde, e comece a fiscalizar com mais veemência, com mais clareza e com mais competência as contas e a aplicação financeira da Saúde, e que não fique só na promessa. Essa é uma posição técnica e não política.

O SR. DEPUTADO CELESTINO SECCO - Muito obrigado, Deputado Antônio Carlos Vieira!

Eu ia abordar hoje sobre a questão salarial, porque estamos de novo no mês de abril, o mês da revisão anual de salário dos servidores públicos, mas como o nosso Partido dispõe de cinco minutos, apenas vou dar uma informação.

O Governo, ontem, vangloriou-se de estar cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal e de estar gastando menos de 44% da relação despesa pessoal/Receita. Se esse dado é verdadeiro, some o discurso de que não pode corrigir o salário dos servidores por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal porque esta relação, 43% de gasto de pessoal em relação à Receita, já permite ao Governo do Estado dar, no mínimo, 10% de correção de salário a todos os seus servidores, e ainda assim cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra o Líder do Partido, Deputado Paulo Eccel, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, catarinenses que nos acompanham neste instante, tenho, neste horário destinado ao Partido dos Trabalhadores, vários assuntos a destacar. O primeiro deles é enaltecer a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal pela decisão, ontem, por unanimidade, de aprovar a emenda que proíbe o nepotismo em todas as esferas de Poder. Isso é muito importante, pois é algo que a população vem reclamando há muito tempo. Lamentavelmente, segundo os jornais que divulgam as listas de parentes nomeados, passa a ser uma prática habitual, normal.

Exemplo disso é o que se vê publicado hoje no Diário Catarinense a respeito do Município de Jaraguá do Sul, onde o Prefeito tem um cunhado, um sobrinho, um irmão, a mulher e um primo trabalhando na Prefeitura. Posso citar também que no meu Município de Brusque a mulher e o irmão do Prefeito também estão na lista (só em cargos de primeiro escalão), sem considerar os outros cargos, como o próprio jornal coloca, de parentes de Secretários, de Vereadores.

A imprensa também colocou que houve dificuldade de conseguir, no dia de ontem, da Assembléia Legislativa, Sr. Presidente, o nome dos assessores dos Deputados para que o jornal pudesse passar para os catarinenses quais Parlamentares eventualmente empregam parentes em seus gabinetes. Segundo a reportagem, houve dificuldade, embora com determinação expressa do nosso Presidente para fornecê-los.

Segundo, é do conhecimento da Casa, e acreditava que fosse do conhecimento da imprensa também, que no site da Assembléia Legislativa existe a relação, por gabinete, dos assessores contratados pelos Deputados.

Se houve, então, dificuldade por alguma razão por parte da imprensa, ela poderia ter sido sanada com uma simples consulta à página da Assembléia Legislativa, onde constam os nomes de todos os assessores lotados nos gabinetes dos Deputados.

Mas, a decisão da Comissão de Constituição e Justiça é uma decisão extremamente importante. É a primeira Comissão, mas temos esperança que em breve a decisão tomada naquela Comissão da Câmara Federal chegue também ao Plenário para que possamos ter isso em forma de lei no nosso País.

A segunda razão que me traz à tribuna nesta manhã é informar a Santa Catarina que no próximo sábado o meu Partido estará realizando a reunião do Diretório Regional, do Diretório Estadual, que acontecerá exatamente aqui neste espaço da Assembléia Legislativa, quando trataremos sobre diversos assuntos. Um deles é o processo de eleição direta, o conhecido PED, que é a forma única no País em que os próprios filiados elegem os presidentes dos respectivos diretórios.

Então, no dia 18 de setembro, os filiados do PT, inscritos até o dia 18 de setembro de 2004, irão às urnas para votar para a presidência nacional do PT, para a presidência estadual e, em cada Município, para a presidência municipal. Esse é um dos assuntos a serem tratados.

O outro assunto a ser tratado na reunião do Diretório Estadual do PT, no próximo sábado, é sobre o relato do trabalho que vem sendo desenvolvido por integrantes do nosso Partido em cargos federais aqui no Estado. Será dada uma visão geral, a todos os presentes, sobre o trabalho que cada um dos companheiros, filiado ao PT ou ocupante de cargo federal aqui em Santa Catarina, vem realizando.

No final do encontro do Diretório Estadual, teremos a presença do Presidente Nacional do PT, Sr. José Genoíno, para o encerramento.

Após o encontro do Diretório Estadual, teremos uma reunião com todos os Deputados Estaduais do PT, com Deputados Federais, com a Senadora Ideli Salvatti, com membros da direção partidária e também com o Presidente Nacional para discutir aspectos estaduais e nacionais. Na reunião a nossa Bancada do PT aqui na Assembléia Legislativa entregará um documento, decidido por maioria na última reunião, reafirmando a posição do projeto próprio para o próximo ano.

A nossa Bancada, seguindo a decisão do Diretório Estadual, em dezembro do ano passado, decidiu que a partir daquele momento trilharíamos o necessário caminho da oposição e que no ano seguinte teríamos um projeto próprio, que não estaríamos a reboque de nenhum outro Partido, mas abertos a alianças, como sempre estivemos na história do PT, só que não estaríamos ocupando, com certeza, nenhuma posição secundária no processo eleitoral de 2006.

Nós temos hoje organização partidária em praticamente todos os Municípios de Santa Catarina. Temos a maior Bancada aqui na Assembléia Legislativa, a maior Bancada Federal também é do PT; dos 16 Deputados Federais do nosso Estado cinco são do PT; temos uma Senadora, e o PT é o principal Partido da coalizão que governa este País. Então, não existe razão alguma para que não tenhamos projeto próprio em 2006.

Estaremos entregando para o Presidente Nacional do PT essa posição da Bancada, que na realidade representa a posição das nossas bases, a posição majoritária dos filiados, dos militantes do PT aqui em Santa Catarina.

O SR. Deputado Dionei Walter da Silva - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Pois não!

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Deputado, cumprimento V.Exa. pelo tema e quero dizer que não tem nenhum sentido lógico qualquer discussão que não seja o PT ter em Santa Catarina candidatura para Governo do Estado no primeiro turno. Somos a maior Bancada, tanto estadual quanto federal, e só por isso já justifica uma candidatura no primeiro turno para Governo do Estado.

O Governo Federal é do nosso Partido e precisa estar representado numa aliança aqui em Santa Catarina. Não tem nenhum sentido, nenhuma lógica termos aliança com o PMDB de Santa Catarina, que é aliado do PSDB e que é o grande adversário nacional.

Eu até preciso cumprimentar, mas não tive oportunidade, o Deputado Nilson Gonçalves, por ter assumido que o contrato que fizeram com o Banco Mundial para a duplicação da BR-101 previa, sim, pedágios no trecho norte, negados até pouco tempo. Agora o Banco Mundial cobra a fatura e vai cobrar, com certeza, a implantação desses pedágios para liberar recursos para o trecho Sul.

Precisamos também ter bastante claro que a vinda do Presidente a esta reunião não tem nada a ver com aquilo que a imprensa está dizendo. É visita de um Presidente Nacional em um encontro estadual, que estará discutindo justamente o PED, e ele já está definido, nacionalmente, como um dos candidatos inclusive a reeleição à presidência do PT. Ele vem nessa condição.

É importante destacar que a Bancada tomou uma posição madura, correta por defender candidatura ao Governo do Estado.

O SR. DEPUTADO PAULO ECCEL - Obrigado, Deputado Dionei Walter da Silva!

A Bancada do PT na Assembléia Legislativa irá reafirmar, através de documento a ser entregue ao Presidente Nacional do PT, os princípios partidários, o respeito à democracia, à decisão da nossa base, dos nossos militantes.

Por fim, Sr. Presidente, quero aproveitar os quase cinco minutos que me restam para fazer um breve balanço a respeito do trabalho que vem sendo desenvolvido pela nossa Bancada neste primeiro período de mandato.

Diversos temas foram e estão sendo tratados aqui na Assembléia Legislativa por iniciativa da Bancada ou por Parlamentares da nossa Bancada. Se tem tramitando um projeto de eleição direta nas nossas escolas públicas estaduais, é fruto de ação da Bancada. Existe a discussão, também tramitando e muito elogiada e perseguida pela população dos nossos Municípios, do recesso parlamentar, que é também iniciativa da nossa Bancada.

A discussão do projeto do ICMS Ecológico, a correção do Simples de Santa Catarina, que aconteceu em 2003, aconteceram por força da nossa Bancada. A lei que deu nova regulamentação ao art. 170 das bolsas de estudos aqui em Santa Catarina, que fez com que agora tenhamos bolsa de pelo menos 50% do valor da mensalidade; a fiscalização, através de entidades, partiram do PT. As CPIs da Casan e Udesc foram realizadas por Deputados do PT. Inclusive no final dos

trabalhos houve reconhecimento porque não se jogou para a torcida, não se fez palanque, mas simplesmente as denúncias que chegaram aqui foram apuradas.

Tivemos também na semana passada um dos maiores embates deste ano, na questão da telefonia, com a manutenção do veto ao fim das tarifas básicas de telefonia aqui em Santa Catarina, que foi conseguido através de um esforço próprio do Governador Luiz Henrique da Silveira, ou seja, continuaremos pagando as tarifas.

Quanto à discussão a respeito do Aquífero Guarani, esse patrimônio que também está aqui em Santa Catarina e que representa um dos maiores patrimônios mundiais em termos de aquífero, é uma discussão também provocada e mantida pela nossa Bancada, assim como também a discussão sobre as terras indígenas, ou seja, a devolução das terras a quem são os verdadeiros donos e a indenização aos colonos.

Tivemos também a aprovação de um projeto de casas abrigo para as mulheres que sofrem violência nos seus lares e a discussão em todo o Estado e também na Assembléia Legislativa da questão do *software* livre para que possamos nos livrar pouco a pouco das garras do Bill Gates, eis que pagamos fortunas pela utilização dos programas de computadores.

Tivemos também o projeto aprovado nesta Casa, e que é lei em Santa Catarina, que impede a cobrança de consumação mínima nos estabelecimentos comerciais, nos bares, assim como a criação da comissão de legislação participativa, é uma conquista também motivada pela Bancada do PT.

Outra conquista do PT foi o Fórum do Plano Estadual de Educação, que cumpriu a sua missão e agora vem cobrando do Governo o efetivo envio do Plano Estadual de Educação para a Assembléia Legislativa. E o compromisso que o Governo assumiu com esta Casa foi de enviá-lo em abril do ano passado, mas até agora não enviou.

A criação daquilo que é uma realidade no Estado, o fórum da campanha contra a baixaria na TV - uma campanha nacional -, as audiências públicas, a busca da solução para os estrangeiros da nossa querida região Sul, que hoje estão em outros países, a criação da conta internacional, enfim, tudo isso mostra a competência da nossa Bancada. Competência esta que foi questionada nesta semana.

Logicamente que nós não temos competência para distribuir balinhas para criança em cima de caminhões, para cantar música do Padre Marcelo Rossi, juntamente na dança com bonecos de pelúcia, enfim, essa competência nós não temos nem queremos ter, Sr. Presidente.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda adentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário reservado ao PFL.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PFL que queiram fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

Não há matéria para deliberação.

Em função do acordo de Líderes celebrado na tarde de ontem, votaremos as mensagens que dispõem sobre vetos e outros projetos na próxima terça-feira, no horário destinado à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a Comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer contrário e que, de acordo com o Regimento Interno, não havendo recurso no prazo de três sessões, será arquivada a seguinte matéria:

Projeto de Lei nº 0289/2004, de procedência governamental, que aprova a alteração da Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2004-2007, que autoriza a abertura de crédito especial e aprova o orçamento do Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, visitantes que nos dão a honra de participar conosco, na manhã de hoje, aqui, neste Parlamento catarinense, quero falar sobre um assunto que, inclusive, o Deputado Paulo Eccel, Líder da Bancada do PT, já fez algumas considerações a respeito, que é o veto ao projeto da taxa de telefonia.

(Passa a ler)

"O Governador Luiz Henrique da Silveira, por imperativo de ordem legal, opôs veto ao Projeto de Lei nº 0378/04, de autoria do Deputado Paulo Eccel, que tramitou nesta Casa, versando sobre o fim da cobrança da taxa de assinatura nas tarifas de telefonia fixa.

Assim procedeu o Governador, considerando que, se sancionado o projeto, as empresas de telefonia entrariam judicialmente contestando a Lei, visto que se trata de cobrança regulamentada por Lei Federal, conforme reza a Constituição da República.

O Governador Luiz Henrique da Silveira, portanto, não se prestaria a uma ação de efeito demagógico e que em nada beneficiaria a população catarinense, vez que não se transformaria em qualquer resultado prático.

Ocorre, entretanto, que atualmente tramita na Câmara dos Deputados, em Brasília, um projeto de lei com o mesmo teor do apresentado nesta Casa, de autoria do Deputado Marcelo Teixeira, da Bancada do PMDB, e que certamente, se aprovado, alcançaria os objetivos da população catarinense e brasileira que são visivelmente contra essa injusta cobrança.

O Deputado Celso Russomano, reconhecido defensor dos direitos do consumidor, vem insistindo, através de requerimento de urgência, para que a matéria seja apreciada na Câmara dos Deputados.

O Presidente da Câmara dos Deputados já demonstrou interesse em colocar imediatamente a matéria em Plenário, tão logo aprovada pelas Comissões.

Tendo em vista a reconhecida unanimidade do Plenário desta Casa na aprovação dessa medida, considero este o momento oportuno de somarmos forças no sentido de, efetivamente, corrigirmos essa discrepância pondo fim à cobrança da taxa de assinatura nas tarifas de telefonia fixa.

Por isso, conclamo meus nobres Pares, em especial o Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, Deputado Paulo Eccel, que se alinhe à nossa iniciativa no encaminhamento de moção à Câmara dos Deputados, propugnando pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.476/01, que modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, determinando que a estrutura tarifária dos serviços de telefonia fixa seja formada apenas pela remuneração das ligações efetuadas."

Então, eu quero dizer que o Governador estava com toda razão, pois o projeto era inconstitucional. Existe um projeto que se arrasta na Câmara dos Deputados. E existem oito projetos que foram agregados a esse projeto do Deputado Federal Marcelo Teixeira, de 2001.

Então, significa que forças ocultas em Brasília estão impedindo que esse projeto, meu Caro Deputado Rogério Mendonça, seja encaminhado. E não adianta provar aqui. Não adianta, como foi dito da tribuna, dar uma demonstração para o Brasil e aprovar por Santa Catarina, mesmo que seja inconstitucional, porque o projeto do Governo Federal se arrasta e não está acontecendo, porque é impedido por alguns setores também do Governo Federal.

Apresentei uma moção para que esta Casa agilize esse projeto, para que ele não beneficie só Santa Catarina, mas que beneficie todo o Brasil. O nosso País está pagando taxas muito altas e elas são injustas. Então, temos que ir ao fórum adequado para poder sanear de uma vez por todas essa questão.

Por essa razão levantamos que na Câmara dos Deputados existem oito projetos semelhantes, que foram agregados ao projeto de autoria do Deputado Federal Marcelo Teixeira. Evidentemente que agora já passou na primeira Comissão, da qual participa o Deputado Celso Russomano, reconhecido como defensor dos direitos do consumidor.

Mas tudo se arrasta, porque um pede vista daqui, outro dali, porque a pressão é muito grande. Mas é o fórum adequado! Não adianta criarmos projetos, expectativas e enganar a população de um Estado, quando sabemos que o fórum federal é que pode sanear de uma vez por todas essa taxa que a população vem pagando.

Deputado Paulo Eccel, o seu projeto tinha um objetivo, mas ele é inconstitucional. Em Brasília, foi aprovado um projeto igual, sancionado pelo Governo, e está virado em uma baderna. E por essa razão estão tocando com rapidez o projeto para que possa ser sancionado pelo Presidente da República, a fim de que o Brasil não pague mais essa taxa. Vão ter que buscar outras alternativas e não a taxa que pesa na população.

O Sr. Deputado Paulo Eccel - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Paulo Eccel - Quero lembrar a V.Exa. que algum tempo atrás passou-se a discutir um projeto, que hoje é realidade na prática, que estabelece um prazo máximo para que os clientes fiquem nas filas dos bancos.

Naquela época também houve uma pressão dos bancos sobre a Assembléia, no sentido de que o projeto seria inconstitucional, porque caberia à Câmara Federal regular a questão bancária no País.

A Assembléia Legislativa se manteve firme, votou e aprovou aquela lei. As Câmaras de Vereadores passaram a aprovar a lei. E hoje temos uma infinidade de bancos sendo autuados, sendo multados. E o que é melhor, temos bancos cumprindo a lei, colocando mais pessoas para atender a população.

Então, era toda uma discussão de inconstitucionalidade, mas que em função da pressão, da necessidade e da força que a população deu a esse tipo de projeto a Assembléia votou e hoje é realidade.

A mesma coisa é no que se refere à questão da telefonia. A questão é que estamos criando todo um movimento nacional.

Inclusive, ontem uma consumidora de telefone ligou para este Deputado dizendo que a empresa ligou para a casa dela oferecendo um desconto na tarifa, e ela aceitou e recebeu a primeira fatura no dia de ontem. Mas essa proposta nada mais é do que um outro plano, através do qual a pessoa tem que pagar R\$ 10,00.

Não podemos analisar simplesmente por esse aspecto. A questão da constitucionalidade estava garantida, porque é Direito do Consumidor. E acredito que quem tem que amparar o direito das empresas não é o Governador Luiz Henrique da Silveira mas, sim, a própria empresa. Acho que o Governador tem, sim, que amparar o direito da sociedade.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Só quero dizer a V.Exa. que nós temos que aprender. Nós juramos aqui pela Constituição. Está evidente que o seu projeto é inconstitucional. Então, não adianta querer enganar a população. Não vamos admitir.

É o seguinte: o seu Partido lá no Governo Federal está pedindo vista, está tentando impedir, está truncando. Então, por que lá muda? Por que lá é diferente?

O Sr. Deputado Paulo Eccel - Apresente a prova disso, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Deputado, não posso deixar o tempo se esgotar, inclusive, não ouvi o Deputado Rogério Mendonça.

Temos que resgatar a verdade. Precisamos definir o fórum legal, pois não podemos estar aqui com um projeto demagogo, enganando a população. Temos que buscar a verdade.

Eu tenho uma moção na Casa e gostaria que V.Exa. assinasse. Essa moção vai para Brasília, pedindo que rapidamente seja aprovado esse projeto, para que o Brasil inteiro seja beneficiado pela derrubada dessas taxas cobradas indevidamente.

Acabei não podendo dar um aparte ao Deputado Rogério Mendonça, pois o Deputado Paulo Eccel fez um discurso paralelo ao meu. Mas não há problema, pois somos democráticos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Nilson Machado.

O SR. DEPUTADO NILSON MACHADO - Sr. Presidente, Srs. Deputados aqui presentes, Sras. Deputadas, público que nos acompanha através da TVAL, gostaria de iniciar a minha fala parabenizando e saudando todo o povo da Igreja Universal, em especial a Deputada Odete de Jesus, que nos convidou ontem para a inauguração do templo da Igreja Universal, em Florianópolis. Não pude comparecer, mas sei que a Igreja Universal, através desse templo, está-se destacando muito não só aqui em Florianópolis como também em todo Brasil.

Gostaria de parabenizar todo o pessoal da Igreja e de uma forma especial a Deputada Odete de Jesus, que insistiu muito para que eu comparecesse. Mas estive presente de coração, Deputada.

Quero dizer também que hoje li nos jornais - comecei a acompanhar esta semana, Deputado Paulo Eccel - denúncias sobre os radares colocados em toda Santa Catarina e de uma forma muito especial em Florianópolis. Estão colocando muitos radares.

A cidade é muito grande! O espaço de Florianópolis é maravilhoso. O número de veículos é muito pequeno na cidade; por isso, existe o engarrafamento, conforme diz o colunista Cacau Menezes no dia de hoje.

Realmente há veracidade na coluna do Cacau, quando ele nos alerta e deixa-nos preocupados com a colocação desses radares em Florianópolis. Acho que as autoridades competentes deveriam olhar. Não sou a favor que se ande em alta velocidade, mas também não posso concordar que sejam colocados radares até em vias secundárias aqui em Florianópolis. Essa não é uma forma de começarmos a disciplinar o trânsito ou os motoristas.

Também gostaria, Sr. Presidente, de falar que esta semana foi a semana das cartas anônimas na Assembléia Legislativa. Daqui a pouquinho vai ser intitulada a semana das cartas anônimas, pois nunca vi tantas cartas anônimas espalhadas nesta Casa e até pela cidade.

Algumas pessoas que não têm muito o que fazer ficam enviando cartas anônimas. E embora este Deputado seja atingido por uma delas, gostaria de dizer que essas cartas não têm fundamento, não colaboram com nada, inclusive, denigrem a imagem do Parlamento, das pessoas, principalmente quando não se assina embaixo.

É muito bom quando a carta possui um nome, um endereço, mas quando é enviada sem nome, sem endereço, com o verdadeiro título de anônima, realmente não nos interessa, principalmente pelo conteúdo dela, pelas agressões que foram usadas no que se refere a este Deputado.

As pessoas que usam esse tipo de atitude para poder atingir alguém ou para alcançar o seu objetivo são os chamados porta-vozes da desgraça.

Gostaria de dizer que em nada me afetou, Sr. Presidente, mas esta Casa precisa tomar mais cuidado com as pessoas que circulam aqui dentro, distribuindo essas cartas em diversos setores da Assembléia Legislativa. Afinal de contas não atingiu só a minha pessoa, diversas outras pessoas foram atingidas. Inclusive, outras cartas também foram distribuídas em toda a cidade de Florianópolis.

No próprio calçadão da Felipe Schmidt havia pessoas distribuindo dessa forma, como se estivessem oferecendo um produto maravilhoso, como se estivessem oferecendo um produto de venda. Um cidadão, ontem, de, aproximadamente uns 20 anos, estava entregando a carta normalmente no calçadão da Felipe Schmidt. Isso não é bom!

Eu entendo que deve ser tomada alguma providência, não sei de que forma. Mas a imprensa também deve ser questionada, pois ela, às vezes, dá voz a essas pessoas, dando espaço nos jornais para que coloquem essas denúncias anônimas. Gostaria de pedir aos colonistas, aos radialistas, a todo o pessoal da imprensa escrita e falada para que quando recebessem essas denúncias apurassem-nas melhor antes de colocá-las no jornal, na rádio ou na televisão, porque elas, na maioria das vezes, são infundadas, mas até que comprovem o contrário no dia seguinte, acaba-se caindo naquele ditado de que o jornal de ontem só serve para embrulhar o peixe de hoje. Aí fica difícil!

Por isso gostaria de fazer um apelo aos nossos colonistas, à nossa imprensa, que é uma imprensa até transparente, que faz um bonito trabalho em Santa Catarina, que se diferencia dos demais Estados brasileiros pela forma com que tem se conduzido, para que antes de colocarem a denúncia do fulano ou da fulana que ligou dando a notícia averiguem-na, deem uma olhada com mais atenção e cuidado. É muito fácil dizer isso ou aquilo de alguém.

Ainda esta semana saiu na imprensa que eu tinha comprado um lindo apartamento no Rio de Janeiro, mas são notícias infundadas. Simplesmente tenho um filho doente que lá mantenho, num humilde apartamento, que ainda estou pagando, mas dá a impressão de que estou morando na Avenida Atlântica, o que não é verdade. Acho que a imprensa tem que analisar com mais cuidado, com mais veracidade os fatos. Mas, infelizmente, isso acontece.

Entendo que é papel da imprensa receber as notícias, mas elas deveriam ser olhadas e analisadas antes de serem publicadas, principalmente as notícias que estão vinculadas nessas cartas que saíram hoje, no começo da manhã. Já recebi, de início, umas três cartas. Quer dizer, isso é pesado. É difícil de se trabalhar assim.

Então, que sejam apurados os fatos, vamos ver quem escreveu as cartas, de onde elas vieram, quais as suas procedências. Mas como se apurar a veracidade do que está escrito se o cidadão não assinou a carta embaixo? E quem de nós não está sujeito a isso? A Deputada Ana Paula Lima, o Deputado Antônio Carlos Vieira? Quem sabe uma nova carta deste Deputado, segunda versão, poderá vir. Tudo é possível. Mas a imprensa não poderia agir dessa maneira, dando credibilidade a tudo isso, como também esta Casa, permitindo esse tipo de coisa.

Entendo que é difícil de se controlar isso! Há de ser tomada alguma providência, mas não sei de que forma! Talvez até se instalando algumas câmeras escondidas aqui, para que sejam apurados os fatos, porque estamos todos sujeitos a essas barbaridades. E eu fico preocupado com este Parlamento a partir do momento em que uma carta circula facilmente aqui dentro. Fico muito preocupado, Deputada Ana Paula de Lima, com o fato de amanhã chegarmos nesta Casa e encontrarmos uma outra carta: Duduco II. Isso é muito ruim, muito difícil.

Então, eu acho que deveríamos instalar essas câmeras aqui, amigo Deputado e Presidente Júlio Garcia. Quem sabe devemos colocar mais segurança, nesta Casa, algumas pessoas para fazerem um serviço de espionagem. Não sei de que forma será feito isso, mas gostaria de fazer um apelo para que fossem instaladas câmeras aqui. Com exceção dos banheiros, poderiam ser colocadas algumas câmeras nas outras dependências da Assembléia, para que isso não aconteça mais.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON MACHADO - Pois não!

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Deputado, nós, nas campanhas eleitorais, sofremos muito com essas cartas, com esses papéis anônimos. O anonimato é o instrumento do covarde, da pessoa que não tem coragem de fazer denúncias ou, além do covarde, do criminoso que calunia, que inventa, que faz fofocas das situações.

Mas isso pode ser resolvido, porque uma carta anônima está sendo distribuída por alguém e esse alguém vai responder por isso. O anonimato é vedado pela Constituição Federal, mas o autor da publicação ou da republicação torna-se cúmplice e vai ter que responder pelo que está escrito naquela carta. Então, se V.Exa. pegar alguém distribuindo, denuncie com testemunhas e essa pessoa vai pensar duas vezes antes de ficar repassando adiante informações sem conteúdo verdadeiro.

O SR. DEPUTADO NILSON MACHADO - Neste momento, Sr. Presidente, estamos nos aproximando de mais uma campanha e percebo que está aumentando essa nova forma de fazer política suja. Através de cartas anônimas, parece-me que pessoas lavam a alma em cima disso, sentem-se felizes achando que resolveram o seu problema, colocando tudo que tinham que falar contra o Deputado Nilson Machado. E a cidade toda e o Estado ficam sabendo. Pessoas da imprensa abraçam aquela carta, começam a colocar cada dia um pedacinho daquilo que foi escrito e outras pessoas, achando que isso deu certo, resolvem também fazer isso, porque fizeram com o Deputado Nilson Machado, com o fulano, com o beltrano e fez sucesso, alcançaram os seus objetivos.

Acredito que não pode ser assim. Eu admiro vários colonistas da cidade, sou amigo pessoal de alguns deles, como é o caso do próprio Cacau Menezes, que já foi homenageado nesta Casa por este Deputado, pois é um grande homem, um grande jornalista. Ele, realmente, escreve muitas coisas referentes a esta Casa, muitas delas com muita verdade, com muita propriedade, mas existem outros profissionais que não fazem o mesmo, vivem denegrindo a imagem dos Deputados, do Parlamento e até dos funcionários. Ontem, até, um radialista estava prejudicando os funcionários da Assembléia ao dizer que é muito bom trabalhar nesta Casa porque aqui não se trabalha só se recebe bons salários, quando não é verdade!

A Assembléia Legislativa tem funcionários competentes, um pessoal que realmente bate ponto aqui, que nos ajuda a legislar, que nos ajuda a exercer o nosso mandato; são serventes, porteiros, garçons, são pessoas do setor da imprensa, da comunicação que, de uma forma geral, prestam relevantes serviços. São funcionários do Estado que nos honram muito ao exercer a sua função aqui, os quais já colaboraram bastante com esta Casa, com vários Deputados, em outras legislaturas, que estão exercendo a sua função de funcionário público.

De repente alguém vai lá na rádio, no jornal e diz que na Assembléia tem nepotismo, não se trabalha, não se faz nada. Trabalha-se na Assembléia! A Assembléia Legislativa é uma empresa igual a qualquer outra do Estado, onde os funcionários estão todos os dias exercendo sua função. Se há alguém que não exerce a sua função, se há todas essas mordomias que falaram que um Deputado tem, eu desconheço. Eu gostaria até de saber que mordomias são essas que ele falou tanto, que ele relacionou. Acho que levou uma hora colocando todas as mordomias que a Assembléia tem, que os Deputados têm. Eu não tenho essas mordomias e desconheço de alguém que as tenha.

(Discurso interrompido por término do horário regimental)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Dionei Walter da Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas que aqui e pela TVAL nos acompanham, gostaria de, antes de entrar no tema que me traz à tribuna, dizer que quem acompanhou o pronunciamento do Deputado Manoel Mota tem a impressão de que este Governo é um constitucionalista ou que os seus Deputados só votam aquilo que é estritamente constitucional.

Nós tivemos, já na semana que passou, uma decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina derrubando partes do sagrado Fundo Social que era pregado, nesta Casa, como algo altamente constitucional, legal, aliás, ia ser a salvação de todo o Estado. Então, a Justiça já provou que nem tudo aquilo que o Deputado Manoel Mota e os seus companheiros falam é constitucional, é legal. As vezes não é, como o Tribunal já confirmou.

Nós divergimos também da explicação dada pelo Governador para derrubar a história da tarifa da telefonia básica. Aliás, não foi este o único argumento do veto, Deputado Manoel Mota. Um dos argumentos foi a perda de arrecadação que o Estado sofreria com o fim da cobrança da tarifa, pois ela é tributada com o ICMS.

Então, na verdade, a grande preocupação do Governador deve ter sido, sim, a perda de arrecadação. E, pelo parecer da Procuradoria-Geral, ficou claro também que há uma preocupação muito grande em defender a empresa, porque se procurou, inclusive, justificar os gastos que ela tem e em função desses gastos a necessidade de que a tarifa continuasse.

Nós temos uma legislação, Deputado Manoel Mota, que proíbe qualquer tarifa que não esteja vinculada a um serviço. Se assim fosse, a Celesc também poderia ter uma tarifa para justificar os fios que tem, os postes que tem no Estado inteiro, mas ela não tem. A Casan poderia ter uma tarifa para justificar todo o encanamento para a transmissão da água, para o tratamento dos esgotos pelo Estado de Santa Catarina, mas também não tem.

O Código do Consumidor proíbe tarifas que não estejam vinculadas a uma prestação de um serviço. E era isto que a Bancada, através do Deputado Paulo Eccel, estava querendo: que o Governador do Estado proibisse essa cobrança abusiva, essa cobrança que dá margem a enriquecimento ilícito, porque é uma taxa cobrada sem serviços prestados. E a legislação, também, proíbe isso.

Nós queríamos apenas que o Governador dissesse que estava do lado da população catarinense e contra essa cobrança abusiva. Era isto que nós estávamos pleiteando, mas, infelizmente, não fomos atendidos.

O Sr. Deputado Paulo Eccel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Paulo Eccel - Obrigado, novamente, pelo aparte, Deputado.

Não há dúvida de que o projeto é constitucional e que a motivação para a manutenção do veto foi política. O Governo e os Deputados que mantiveram o veto sabem muito bem do que estou falando.

De qualquer sorte, Deputado, na próxima terça-feira convidaremos V.Exa. para ir conosco a Brasília fazer uma visita à Anatel, para levarmos todas as reivindicações de Santa Catarina e os abaixo-assinados coletados em todo o Estado - foram quase cem mil assinaturas -, a fim de sensibilizarmos a Anatel quanto à preocupação dos catarinenses com essas cobranças.

Hoje, pela manhã, até o meio-dia, estaremos reapresentando o projeto na Assembleia Legislativa, para continuarmos esta discussão no Estado, cumprindo com aquilo que nós tínhamos informado a Santa Catarina quando não tivemos êxito no momento da votação do veto.

Por fim, quero dizer também que estou assinando a moção do Deputado Manoel Mota encaminhada às Lideranças Nacionais, no sentido de que seja agilizado o trâmite do projeto em Brasília. Mas eu só solicitei ao Deputado Manoel Mota que incluísse nessa relação de autoridades o Ministro das Comunicações, que é do PMDB, que é do Governo, que não estava na lista das pessoas que receberiam a moção.

Então, o Deputado Manoel Mota já se comprometeu a incluir o Ministro do PMDB como também a amplitude da moção para a telefonia celular.

Diante desta alteração, estou assinando a moção apresentada pelo Deputado Manoel Mota.

Muito obrigado, Deputado Dionei Walter da Silva.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Deputado, evidentemente que não tenho nenhuma dificuldade de corrigir a moção para alcançarmos o nosso objetivo, que não é o de atacar o Governo e, sim, de atender a população catarinense dentro dessa área.

V.Exa. falou que o problema do Governo eram as grandes taxas. As grandes taxas são as do Governo Federal e não as do Governo Estadual. Houve alguma distorção, porque a taxa do Governo Estadual é pequena. As taxas do Governo Federal é que são grandes. Por isso a dificuldade de passar o projeto dos Deputados Federais, que não é um, são oito projetos que se agregam.

Na verdade, o que nós precisamos buscar não é a forma de como o projeto vai ser ou não aprovado, mas sim que ele seja aprovado em nível nacional, a fim de que possamos atender o povo catarinense e brasileiro.

Mas, Deputado Dionei Walter da Silva, esta Casa aprovou, em 2001, um projeto no mesmo sentido, que foi uma polêmica, onde depois foi derrubado o veto. As empresas foram para a justiça e até hoje não aconteceu absolutamente nada. Por isso que em Brasília está uma confusão.

Então, é preciso que o Governo Federal regulamente isso de uma vez por todas, para que a população de Santa Catarina não seja penalizada.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Eu agradeço, Deputado.

Só vamos corrigir aqui que o que o Governo Estadual arrecada não é a taxa, Deputado, é o ICMS em cima da taxa, e esse recurso é do Estado, aonde uma pequena parcela vai para os Municípios e não para o Governo Federal.

Mas eu quero convidar os Srs. Deputados e a população que nos assiste para que participem, amanhã, sexta-feira, às 9h, em Jaraguá do Sul, de uma atividade com representantes do Ministério da Agricultura, juntamente com a Senadora Ideli Salvatti, com o Deputado Carlito Meres, com representantes da Epagri, da Cidadsc, do Governo do Estado, com a Secretaria Regional e com todos os bananicultores da região, para discutirmos e decidirmos, de uma vez por todas, a história da portaria que impedia a venda de banana de Santa Catarina para outros Estados do Brasil e até para o exterior.

Discutiremos, também, na oportunidade, com os representantes do Ministério da Agricultura, a situação da venda de banana para a Argentina, em função das exigências que aquele País está fazendo, como os exames de resíduos tóxicos e de fungos. E nós, com os responsáveis de cada uma dessas áreas, estaremos debatendo, discutindo com os técnicos e com os bananicultores a solução para esse problema. Problema esse que o Deputado Rogério Mendonça já trouxe a esta Casa em diversas oportunidades. Inclusive na Comissão de Agricultura, sob a Presidência do Deputado Mauro Mariani, discutimos uma série de ações neste sentido, desde ações junto ao Governo do Estado, ao Secretário da Agricultura, até ações junto aos Ministérios.

O próprio fato de essa portaria ter sido derrubada fez com que a proposta original surgisse a partir de nossa ação, da ação dos Deputados e, em especial, da Comissão de Agricultura desta Casa. E amanhã faremos uma discussão que eu espero seja final para resolvermos esse problema de uma vez por todas.

Nós precisamos colocar a maçã - e eu volto a cada fala insistir neste tema -, Deputado Rogério Mendonça, que é a vedete do Estado de Santa Catarina, também nesse mesmo patamar. Nós precisamos que toda a divulgação do nosso Estado tenha também a banana como uma garota propaganda, porque ela é responsável por cerca de cem mil empregos, entre diretos e indiretos, e é responsável exclusiva pelo sustento de em torno de cinco mil famílias do Estado de Santa Catarina.

Então, a importância tanto econômica quanto social desta fruta é de fundamental importância. Assim sendo, nós precisamos valorizá-la cada vez mais. E nós, juntamente com os produtores, faremos, ainda este ano, uma grande mobilização, uma grande festa na Assembleia Legislativa, para apresentarmos essa cultura, essa produção e toda a derivação de produtos que temos hoje da banana. Inclusive estamos pesquisando, juntamente com a Epagri, os tecidos oriundos da fibra da banana.

O Deputado Valmir Comin, que também participava da Comissão de Agricultura, sabe do que estou falando, pois a sua região, da mesma forma, tem produção e tem problemas a enfrentar, fruto dessas portarias e dessas exigências de outros países.

Era isso que eu gostaria de dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, Sra. Deputada Simone Schramm, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA SIMONE SCHRAMM - Sr. Presidente, Sra. Deputada e Srs. Deputados, bom-dia a todos.

Inicialmente, gostaria de fazer menção ao ingresso do Deputado Gelson Sorgato ao PMDB, o qual teve que se ausentar. Mas eu quero parabenizá-lo pelo seu retorno a esta Casa Legislativa e reconhecer o valoroso Deputado que é, o qual disputou também uma eleição Municipal em Xanxerê e ocupou o cargo de Secretário do Desenvolvimento Regional, fazendo um grande trabalho. É muito bom tê-lo de volta, Deputado. Eu sei o que é ser suplente nesta Casa. Então, eu imagino que ele deve estar realmente muito contente com o seu retorno.



Eu gostaria também de registrar, com muita alegria, o aumento de verba destinada ao transporte escolar, que passa a vigorar a partir do dia 28 deste mês.

Já sofremos muito com esta questão, em debates junto à Fecam - e na época o Prefeito esteve por muitas vezes na Secretaria da Educação -, sendo que em inúmeras reuniões sempre discutimos a escassez de recursos - e o Deputado Antônio Carlos Vieira também lembra disso - destinados ao transporte escolar. Mas, na verdade, a questão do transporte que recai aos Municípios é crucial para os nossos Prefeitos Municipais, assim como também, Deputado Paulo Eccel, a questão do Fundo para a Educação Básica.

Nós temos que agilizar este Fundo no Ministério da Educação para que ele realmente venha a se estabelecer no nosso País, porque o peso maior para os nossos Prefeitos é com relação ao transporte do ensino médio. Nós precisamos viabilizar, de uma vez por todas, o Fundo da Educação Básica porque sabemos bem que o cidadão, sem a conclusão da sua educação básica, não terá espaço no mercado de trabalho.

Então, precisamos vislumbrar essa realidade e batalhar para que o Ministério viabilize que não só o transporte, mas também a melhoria da condição de investimento na educação básica aconteçam. Hoje o que estamos vivenciando é o aluno concluindo - aqueles que podem - a sua educação básica e indo para o mercado na mesma condição: sem que nenhuma aptidão sua tenha sido aprimorada.

Portanto, eu defendo muito o ensino técnico. Nós temos que dar uma formação para que o indivíduo possa ingressar no mercado de trabalho e ter condições de sobreviver e bancar o seu ensino superior. Nós percebemos que os alunos saem do ensino médio, muitas vezes, com o desejo de ingressar numa universidade, mas as universidades gratuitas, sejam elas estadual ou federal, não têm espaços para os alunos das escolas públicas. Lá só são aprovados os alunos que tiveram condições de pagar um bom cursinho pré-vestibular. Portanto, lá estão as pessoas que realmente podem pagar a sua mensalidade escolar.

(Passa a ler)

"O Governo de Santa Catarina deverá regulamentar nos próximos dias o artigo que se refere ao Programa de Transporte Escolar, da Lei Complementar nº 284, aprovada em fevereiro deste ano.

A lei trata do valor repassado aos Municípios para o transporte escolar dos alunos do ensino fundamental. Os recursos, a partir de agora, passam para cerca de R\$ 28 milhões/ano, o que representa um incremento de 17% em relação a 2004.

O aumento proposto pela Federação Catarinense dos Municípios - Fecam - foi definido em recente reunião com o Governador Luiz Henrique da Silveira, com o Secretário da Educação, Ciência e Tecnologia, Jacó Anderle, e com vários Prefeitos. A regulamentação do decreto já está na Secretaria da Fazenda. Após a definição dos valores *per capita* e a distância entre a residência do aluno e a escola, as 30 Secretarias de Desenvolvimento Regionais repassarão os recursos em nove parcelas às Prefeituras Municipais.

Dos 293 Municípios catarinenses, 290 receberão as verbas, sem necessidade de assinatura de convênios."

A assinatura de convênios gerava também uma situação muito conflitante, pois era um ir e vir para refazer convênios. Portanto, esta foi mais uma etapa vencida.

(Continua lendo)

"Estão sendo consideradas três distâncias: de seis a 12 quilômetros, o valor por aluno fica em R\$ 200,00, de 12 a 24 quilômetros, fica em R\$ 300,00, e acima de 24 quilômetros entre a unidade escolar e a residência do estudante, o valor passa para R\$ 330,00. Os 56 Municípios que não estão incluídos na Lei da Inclusão Social receberão um acréscimo de 10% nesses valores."

Queremos parabenizar a Secretaria e a Fecam porque temos o entendimento de que o transporte escolar ainda é crucial no interior do nosso Estado para assegurar a frequência do aluno. Um dos casos de evasão que nós tínhamos ascendente no Estado era a questão do transporte. Com a implantação efetiva do transporte escolar, a evasão no ensino escolar diminuiu bastante.

Então, quero parabenizar o Governo do Estado por esta ação e pedir ao Deputado Dionei Walter da Silva, que também é educador, assim como ao Deputado Paulo Eccel e à Deputada Ana Paula Lima que nos ajudem a viabilizar, junto ao Ministério da Educação, o Fundo da Educação Básica, porque tenho o entendimento de que essa é a saída certa para o investimento da educação no nosso País.

Gostaria, neste curto espaço de tempo, de também enaltecer aqui, Sr. Presidente, que, por ocasião da viagem do Governador à França, houve também um avanço na questão do investimento do microcrédito em Santa Catarina, através do Badesc, com um investimento de até R\$ 18 milhões no microcrédito, o que vai, com certeza, favorecer inúmeras instituições financeiras, a exemplo do que eu mesma venho testemunhando há vários anos na Ajorpeme - Associação de Joinville e região da Pequena, Micro e Média Empresa -, onde os investimentos do microcrédito têm feito a diferença na vida de inúmeros catarinenses que tiveram a oportunidade de concretizar o seu sonho. Aquele pequeno investimento que foi feito triplicou e eles já conseguiram pagar o recurso inicial, dando a oportunidade de centenas, de milhares de pessoas terem uma vida digna.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA SIMONE SCHRAMM - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Deputada Simone Schramm, o primeiro item das suas colocações interessa-me muito: transporte escolar. Eu penso que nós poderíamos avançar esta discussão nesta Casa, pois ela é muito importante para todos os Municípios catarinenses que estão, hoje, defasados com relação ao transporte escolar, exatamente pelos poucos recursos que eles administram e que recebem, inclusive, dos Governos Estadual e Federal.

Creemos que precisamos avançar nesta discussão e também, *en passant*, sobre o salário educação. V.Exa. registrou, Sra. Deputada, que em 2004 o Governo Federal repassou para o Estado R\$ 63 milhões do salário educação. O Estado, em 2004, só empenhou R\$ 45 milhões. Sobraram, no primeiro, R\$ 18 milhões. O dinheiro do salário educação não é para ficar em caixa, e sim para ser investido no setor educação. Penso que o Governo Federal repassa esses recursos para que o Estado execute através do aproveitamento na educação e não para fazer caixa.

Então, como V.Exa. é da Situação, do Governo, eu pediria que olhasse por este particular e que nós avançássemos nesse discurso para tratarmos fundamentalmente do

transporte escolar, que é muito importante, independentemente de cor partidária, para as nossas crianças catarinenses.

Muito obrigado!

A SRA. DEPUTADA SIMONE SCHRAMM - Deputado Antônio Carlos Vieira, eu vou buscar a informação junto à Secretaria de Estado da Educação. Mas tenho o entendimento de que de um ano letivo para o outro a preocupação - e eu também estive na Secretaria da Educação - é de que as obras que se encontravam em andamento... Na questão da merenda escolar sempre havia um provisionamento para o ano subsequente, até que o Ministério encaminhasse os recursos daquele ano.

Então, penso que deve ter sido isso que aconteceu do ano 2004 para o ano letivo de 2005. Mas vou buscar estas informações concretas junto à Secretaria de Estado da Educação.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado João Henrique Blasi, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, desejo, inicialmente, registrar aqui a presença junto ao Plenário do Coronel Eliésio Rodrigues, Comandante do Policiamento Metropolitano, um oficial muito respeitado e extremamente operacional, a quem eu rendo a minha homenagem pelo trabalho desenvolvido junto à Polícia Militar.

Sr. Presidente, eu não pretendia abordar este assunto, no entanto, como ele foi reagitado na manhã de hoje, eu vou me ocupar dele. Quero fazer menção à moção apresentada pelo Deputado Manoel Mota, no sentido de que este Parlamento ofereça o seu prestígio e o seu apoio ao Projeto de Lei nº 5.476, de 2001, de autoria do Deputado Federal do PMDB Marcelo Teixeira, que tem o mesmo escopo do projeto de lei apresentado aqui pelo Deputado Paulo Eccel e sobre cujo veto deliberamos na semana passada. Ou seja, o objetivo de um e de outro é o de proscrever, o de eliminar a cobrança da tarifa básica de telefonia, o primeiro, claro, em âmbito nacional e o segundo circunscrito ao Estado de Santa Catarina.

Em razão do ingente debate que travamos a respeito da matéria e tendo prevalecido o entendimento do Governador de que se trata, efetivamente, de uma matéria inconstitucional por competir única e exclusivamente à União Federal, a teor do art. 22 da Constituição da República, legislar sobre telefonia, prevaleceu, então, esse entendimento de que nós não podemos, enquanto Estado federado, deliberar a respeito dessa matéria.

Foi essa, basicamente, a argumentação que fez com que no Governo passado o Chefe do Executivo, o ex-Governador Esperidião Amin, também procedesse de igual modo, vetando um projeto de lei de autoria do Deputado Altair Guidi que tinha também, basicamente, a mesma finalidade.

E um detalhe interessante é que naquela oportunidade, diferentemente dessa acontecida na semana passada, a Assembléia rejeitou ou derrubou, como se diz comumente, o veto governamental. E isso rendeu o ensino à interposição de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, que foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal e liminarmente suspensa a sua eficácia, ao argumento de que de fato nenhuma unidade federada pode legislar sobre telefonia.

E agora nós passamos a ter a oportunidade real, concreta, pela via perfeita, que é o Congresso Nacional, em face deste projeto de lei do Deputado Marcelo Teixeira, ao qual eu tenho certeza de que todos os Deputados haverão de manifestar a sua aquiescência no sentido de que o órgão competente no aspecto da legalidade e da constitucionalidade, ou seja, o Congresso Nacional, possa finalmente eliminar a cobrança da tarifa básica de telefonia, que no mérito eu também concordo que é um serviço não prestado e que não deveria, de fato, ser cobrado.

Agora, é preciso que o remédio seja adequado, prescrito por quem pode fazê-lo, e não por intermédio de alguém que não detém competência constitucional para tal finalidade.

Eu tenho certeza de que a União Federal, que a Presidência da República, haverá de aquiescer com esse projeto, pela relevância social de que se reveste. E há o entendimento de que é o Congresso Nacional o órgão a quem compete legislar a esse respeito.

Quero crer que a arrecadação que provém dessa tarifa básica para a União, como também para o Estado, não seja o motivo determinante para se impedir que essa lei venha a lume, porque se todos nós estamos concordes em que é preciso eliminar essa cobrança e se o Congresso Nacional é um órgão que tem competência para fazê-lo, não há dúvida de que, pela sensibilidade social do Governo da República, nós vamos agora finalmente chegar a esse desiderato.

Por isso, queremos cumprimentar o Deputado Manoel Mota, porque oportunamente levantou esta questão, trazendo-a ao debate no plano estadual, no sentido de que nós possamos fazer aquilo que nos é permitido. E quero crer que nos é devido oferecer uma manifestação cabal, peremptória e, quem sabe, unânime deste Parlamento em favor da aprovação deste projeto de lei, ao qual, aliás, o Presidente da Câmara dos Deputados já disse que, tão logo a matéria ganhe aprovação nos órgãos ancilares daquela Casa, vai submetê-la à deliberação em Plenário.

Portanto se todos nós, Deputados Estaduais, fizermos o nosso *lobby*, no bom sentido, junto as nossas respectivas representações, dúvida não haverá de que a matéria restará aprovada, e também dúvida não haverá de que a matéria restará ao depois sancionada pelo Presidente da República, uma vez que não há nenhuma eiva de inconstitucionalidade a fim de que o Congresso Nacional possa deliberar sobre essa matéria.

Era isto o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, Deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. Presidente, Sra. Deputada Odete de Jesus, Srs. Deputados, público que nos prestigia nas galerias desta Casa e telespectadores, muito se falou aqui sobre o veto e a não-derrubada do veto do Governador com relação à matéria que trata da questão da taxa da tarifa telefônica, que acho que é uma injustiça e que poderíamos ter a oportunidade de o Estado de Santa Catarina dar um exemplo ao Brasil, eliminando esta taxa tão injusta que onera muitos consumidores. E a população, Deputado Paulo Eccel, está clamando, está pedindo que nós, representantes do povo ora sentados nestas cadeiras, mudemos alguma coisa.

Mas, com todo respeito ao Deputado João Henrique Blasi, que mencionou que este projeto já foi apresentado por um Deputado Federal do PMDB em 2001 e que não teve sucesso, e que o ex-Governador Esperidião Amin também vetou esse projeto, Deputado Antônio Carlos Vieira, por ser inconstitucional... E por isso acho que houve a mudança também. Hoje é outro Governo, é outra coisa, e podemos modificar. Mas foi vetado por ser inconstitucional. E nós já aprovamos tantas coisas inconstitucionais nesta Casa, Deputado Paulo Eccel!

E por falar em Constituição, peguei rapidamente a Constituição Federal, que, no seu art. 5º, diz:

(Passa a ler)

"Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:" (...)

Ai já ferimos muitas coisas na nossa Constituição, ai Santa Catarina já feriu muita coisa, ai o Brasil já feriu muita coisa, ai nesta Casa nós também já ferimos muita coisa. Isso não é justificativa para aprovarmos ou deixarmos de aprovar alguns projetos aqui. Quando é do interesse do Governo, o Deputado João Henrique Blasi vem a esta tribuna fazer a defesa, dizendo que é inconstitucional. Ou seja, o que é a favor do Governo pode ser inconstitucional.

Então, estamos nessa situação! Eu gostaria de concordar com algumas coisas, mas é impossível!

Mas, Sr. Presidente, também recebi, do Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Santa Catarina, do qual eu faço parte, já que sou Enfermeira, uma correspondência no meu gabinete lamentando uma situação ocorrida aqui na cidade de Florianópolis. E eu gostaria de fazer a leitura de dois parágrafos:

(Passa a ler)

"Prezada senhora:

Cumprimentando-a cordialmente, informamos que recebemos do Diretor-Geral do Hospital Florianópolis-SC, Dr. Ari Rocha, a comunicação de fechamento de leitos hospitalares, motivado pela falta de profissionais em geral e, especificamente, de 27 profissionais de Enfermagem, sendo 08 (oito) Enfermeiros e 19 (dezenove) Técnicos em Enfermagem.

A Enfermagem tem como responsabilidade e dever assegurar ao cliente uma assistência livre de riscos e danos decorrentes de imperícia, imprudência ou negligência. Como, porém, assegurar a qualidade da assistência com o expressivo déficit mencionado?"

É lamentável que isso tenha acontecido no hospital. Eu recebi esta correspondência do Presidente do Coren, Sr. Luiz Scarduelli, e juntamente estão anexadas outras comunicações internas, que inclusive o Secretário Eduardo Cherem também já recebeu. Uma da Direção-Geral do Hospital Florianópolis, comunicando o fechamento de leitos e que até o momento nada foi visto; e outra da Gerente de Enfermagem, dizendo sobre a redução de leitos no Hospital Florianópolis, um hospital que faz um trabalho não só para a comunidade de Florianópolis, mas para todo o Estado de Santa Catarina.

É lamentável que isso esteja acontecendo aqui e, com todo o carinho e apreço que tenho pelo Secretário da Saúde e pela minha amiga enfermeira e Secretária-

Adjunta, Carmem Zanotto, tenho certeza de que poderá ser solucionado o mais rápido possível.

Ontem estive na cidade de Itajaí, Sr. Presidente, no Parque da Marejada, onde foi feita a abertura do Orçamento Participativo implementado naquela cidade pelo ex-Deputado, ex-Presidente desta Casa e hoje Prefeito, Volnei Morastoni, e pude constatar o carinho que a população de Itajaí tem pelo Prefeito.

Recebi da Prefeitura de Itajaí, das mãos do Prefeito Volnei Morastoni, uma documentação em forma de denúncia, mostrando como recebeu a Prefeitura de Itajaí no ano de 2005: com as obras em ruínas; com 70% da frota de veículos sem condições de uso; a cidade sem rumo; a cidade como a segunda mais violenta do Estado, com muitos homicídios; no meio ambiente, desprezo com a qualidade de vida; a água suja e salgada, causando sofrimento à população.

Foi constatado que as pessoas que recebiam cesta básica estavam há cinco meses sem receber este benefício; foram tirados quilos e quilos de lixo da Secretaria da Criança e do Adolescente, e o Secretário classificou essa situação como um atentado à vida, um verdadeiro desrespeito para com a criança e o adolescente na cidade de Itajaí.

Encontraram um colapso na Saúde. As dívidas ultrapassam a R\$ 2 milhões, sendo que há falta de medicamentos para o atendimento básico à população.

A educação não fez o dever de casa. A Secretaria não conseguia iniciar as aulas, pois as escolas municipais estavam depredadas, com um rombo chegando a R\$ 1,6 milhão só na Secretaria da Educação.

O esporte sem fôlego: a administração deixou dívida com atletas e a pista de atletismo e ginásios estavam sem manutenção.

Na área da cultura, o teatro foi inaugurado sem ser concluído; as obras não foram mantidas na questão da cultura. Na questão da agricultura, não existem máquinas.

Então, o Prefeito Volnei Morastoni fez um levantamento na Prefeitura de Itajaí e encontrou verdadeiros absurdos.

Ontem, dia 13 de abril, eu tive o prazer de presenciar a primeira assembleia do Orçamento Participativo, que foi um marco, já que agora, na cidade de Itajaí, uma nova história será escrita pelos pescadores, donas-de-casa, empresários, comerciantes, professores, jovens, homens e mulheres que podem decidir, através do Orçamento Participativo, para onde serão destinadas as prioridades das obras tanto em educação quanto em saúde.

Eu tenho certeza de que a caneta do Prefeito agora está na mão do povo de Itajaí. A coragem do Prefeito Volnei Morastoni, juntamente com a da vice-Prefeita Eliane Rebelo, em repassar para a população essa responsabilidade é esplendorosa. E ontem, verificamos nos olhos, no semblante das pessoas a alegria pelo que de novo vai ser construído na cidade de Itajaí.

Então, fica apenas esse registro, Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque o Orçamento Participativo é um programa do Partido dos Trabalhadores, e como deu certo em muitas cidades do nosso Estado, tenho certeza de que dará certo também na cidade de Itajaí.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Rogério Mendonça, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, uso a tribuna, inicialmente, para fazer referência a 14ª Festa Nacional da Cebola, realizada no último final de semana no Município de Ituporanga.

Gostaria também, desta tribuna, de parabenizar o Prefeito Carlos Hoegen, a comissão organizadora, presidida pelo Sr. Hélio Góes de Oliveira, e toda a equipe que organizou o evento. Com certeza o sucesso da festa nos permite dizer que talvez tenha sido o que contou com o maior público da história de todos os eventos, das 14 edições da Festa Nacional da Cebola.

Naquela festa, não só tivemos a oportunidade de assistir a *shows* artísticos, que foram muitos e bons, como o de Bruno e Marrone, o do cantor Daniel, mas de discutir, através de seminários, a situação da cebolicultura nacional. Esteve lá o Sr. Roberto Colin discutindo a situação da cebolicultura nacional que, exatamente nesse período de plena safra, sofre a competição desleal, eu até diria, da cebola argentina, que entra sem limites, sem cotas no mercado brasileiro, prejudicando, sem dúvida, a nossa produção nacional.

Ontem ainda acompanhei pela TV-Câmara três Senadores gaúchos levando a preocupação do Estado do Rio Grande do Sul com relação ao arroz e ao vinho, pela concorrência com produtos argentinos, Deputado Antônio Carlos Vieira.

Portanto, essa é a preocupação da cebolicultura, não só dela, mas de muitos produtos, principalmente os de origem da agropecuária, que sofrem competição com produtos argentinos.

O Governador Luiz Henrique da Silveira também esteve na festa e deu a sua contribuição, no valor de R\$ 35 mil, através de subvenção social, para que o evento tivesse sucesso. E com toda certeza foi um sucesso, colaborando para engrandecer cada vez mais a nossa agricultura catarinense, principalmente a agricultura do Alto Vale do Itajaí.

Gostaria ainda, Deputado Vânio dos Santos, fazendo referência ao Alto Vale do Itajaí, de dizer que no próximo final de semana teremos em Ibirama, uma pequena cidade, de colonização basicamente germânica, com pouco menos de 20 mil habitantes e pouco mais de 15 mil habitantes, a final do Campeonato Catarinense. O Atlético de Ibirama, time de futebol que representa efetivamente a nossa região do Vale do Itajaí vai disputar a final do Campeonato com o Criciúma, ou seja, contra um clube de tradição, contra um clube no qual, com certeza, assim como o Figueirense, a folha de pagamento de um ou de dois jogadores é superior a de todos os jogadores do Atlético de Ibirama.

A organização, a disciplina e o trabalho fizeram com que o Atlético do Alto Vale pudesse participar da finalíssima do Campeonato Catarinense. Tenho certeza de que possui todas as possibilidades para ser o campeão catarinense. Aliás, Sr. Presidente, fiz uma aposta com o vice-Governador, que estará assistindo ao jogo (o Governador Luiz Henrique da Silveira estará voltando da viagem e irá para lá também) e, evidentemente, torcendo para o Criciúma. Apostamos primeiramente uma caixa de cerveja, mas ele dobrou a aposta e, na sequência, também apostamos um churrasquinho. Caso o Atlético do Alto Vale ganhe, ele vai pagar o churrasco na sua residência e, ganhando o Criciúma, eu pagarei na minha residência.

Torcemos, acima de tudo, pelo esporte catarinense. Espero que não tenhamos uma imagem negativa como a que vimos ontem durante um jogo de futebol do São Paulo, a ofensa de jogadores da Argentina contra atletas negros do São Paulo. Houve até prisão, penso que corretamente, de um jogador por causa do racismo. O jogador argentino foi preso exatamente por não usar adequadamente o esporte, que é uma maneira de demonstrar solidariedade e confraternização numa grande festa, nesse caso internacional.

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - Deputado, a minha intenção era aproveitar o seu discurso para lembrar o episódio lamentável do dia de ontem, quando um jogador argentino vem ao Brasil e utiliza, através de uma acusação, uma expressão racista para se referir a um jogador brasileiro. E acho que isso acontece não apenas nos gramados, mas no dia a dia da sociedade brasileira, que muitas vezes não é devidamente lembrada ou até reconhecida.

Como V.Exa. já se referiu a esse episódio, quero apenas parabenizá-lo e dizer que não sou criciumentense. Rendo homenagens ao Criciúma e ao time de Ibirama, mas sou do time "do quase lá", o Avaí. Tenho certeza de que V.Exa. está se referindo ao jogo do próximo domingo em homenagem ao nosso Presidente, Deputado Julio Garcia, que até onde sei é um criciumentense convicto, e V.Exa. não poderia deixar passar esta oportunidade. Não estarei lá para compartilhar com V.Exas. a cerveja e o churrasco, mas espero que seja um bom jogo, e que ganhe o melhor.

Cumprimento tanto o time de Ibirama e sua torcida, como o de Criciúma. São dois grandes times. Faça esta homenagem a um esporte muito difundido entre os brasileiros, o futebol.

Parabenizo V.Exa., especialmente, por politizar esse debate, referindo-se ao episódio de ontem, lamentável, e que todos nós temos que combater - a questão do racismo no Brasil.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Agradeço a V.Exa. pelo aparte.

Com relação ao Presidente da Casa, Deputado Julio Garcia, ele sinaliza que o placar será de 2 a 0.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Deputado, realmente o Alto Vale tem demonstrado muita coisa boa para o Estado de Santa Catarina e o Ibirama está nos surpreendendo.

A minha posição e a minha torcida é pelo respeito aos times e que façam um bom jogo. Tenho, realmente, um time do coração, mas a minha torcida é pelo esporte. Espero que haja respeito entre as torcidas, pois foram muito desagradáveis os últimos acontecimentos divulgados pela imprensa.

Gostaria também de parabenizá-lo, Deputado Rogério Mendonça, pela Festa da Cebola no Município de Ituporanga. Foi um sucesso.

Queria registrar, Deputado, a presença dos alunos da Escola de Ensino Fundamental Vereador Alfredo Scottini, do Alto Vale, da nossa cidade de Rio do Oeste, nesta Casa, juntamente com o responsável, o Sr. Jonas. Eles vieram conhecer o trabalho das Deputadas e dos Deputados.

Sejam todos muito bem-vindos à nossa Capital e à Assembléia Legislativa.

Muito obrigada, Deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Aproveito para transmitir também a todos os alunos da Escola de Educação Básica Alfredo Scottini, de Rio do Oeste, o nosso orgulho por recebê-los aqui nesta Casa. Eu também, com muito orgulho, represento a cidade de Rio do Oeste aqui no Legislativo de Santa Catarina. Nas últimas duas eleições sempre tive votações expressivas naquela cidade de colonização italiana, uma cidade progressista. Orgulha-me muito representá-la aqui nesta Casa.

Um abraço a todos, nossos parabéns aos professores e a todos que estão promovendo esta viagem.

Finalizando, pois meu tempo está se esgotando, gostaria de fazer referência à viagem que o Governador Luiz Henrique está fazendo à França. Ontem foi feito um acordo inédito, eu poderia dizer - o Badesc com uma instituição bancária francesa. Nunca uma instituição francesa havia liberado recursos ao nosso Estado; foram R\$ 18 milhões, através de convênio para microcrédito aos pequenos empresários catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Esta Presidência também saúda os jovens da Escola de Ensino Fundamental Alfredo Scottini, de Rio do Oeste, da 8ª série, e aos professores que visitam a Assembléia Legislativa, que neste momento estão sendo cumprimentados pela Deputada Ana Paula Lima.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Vânio dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, aqueles que nos acompanham através da TVAL, da rádio, dos instrumentos de divulgação aqui da Assembléia Legislativa, eu serei incansável em ocupar esta tribuna para aceitar o bom debate sobre a comparação entre o Governo Lula e os Governos passados.

Aceito, inclusive, o desafio, insistentemente colocado por alguns Parlamentares, dentre eles a própria Liderança do Governo, Deputado João Henrique Blasi, mas com destaque para o Deputado Nelson Goetten, que não tem possibilidade de argumentos, a não ser pela simbologia dos gestos e alguma outra característica própria, mais teatral do que conteúdo, para discutir o mérito, as ações do Governo Federal em dois anos, porque tentam responsabilizar o Governo Lula pelos 500 anos de mazelas, de desmandos, de dominação, de corrupção, de processo de exclusão social que operaram no País.

Só nos últimos 30 anos, Deputado Paulo Eccel, nós tivemos 20 anos de ditadura militar, na verdade 21 anos, e dez anos de neoliberalismo, de pregação da necessidade de afastar o Estado das suas responsabilidades sociais e reguladoras das relações entre as pessoas e regulador, inclusive, de mercado e, acima de tudo, da voracidade insaciável do mercado e da busca desvairada pelo lucro.

E o mais engraçado é que nos entregaram o Governo com o câmbio em quatro por um; o Risco Brasil na lua, com mais de 2.000 pontos e a taxa de juros em mais de 26%; milhões de excluídos; taxa de desemprego nunca vista; descrédito do Brasil no exterior; miséria e fome; concentração de renda e de terra; privatização de empresas e

de serviços públicos. Fizeram dos serviços públicos não apenas considerações de que são importantes para a população, mas que poderiam se transformar em grandes negócios; fazer das necessidades das pessoas - acesso à saúde, à educação e à própria cultura - grandes negócios.

Nós temos dito aqui que salvar o Brasil e recolocá-lo no trilho do crescimento, do desenvolvimento, da geração de emprego e de renda, recuperar os serviços públicos de forma decente, eficiente e eficaz, com transparência e, acima de tudo, com competência e respeito, porque quem paga por eles é o cidadão, não é uma tarefa que se faz com vara mágica.

Aí, ouvimos argumentos de que o Governo Federal tem interesse de acabar com a tarifa do telefone, como disse aqui o Deputado João Henrique Blasi, quando me antecedeu, ou de que o Governo Federal abrisse mão dos impostos sobre a telefonia.

Eu pergunto: que impostos? Salvo, se alguém puder me esclarecer, a grande parcela de 25% de ICMS, que é arrecadação estadual.

Sabemos que consta da conta de telefone 1% para o Fust e 0,5% para o Funtel, mas a maior parcela de imposto sobre a tarifa de telefone constitui-se de ICMS, que é imposto estadual, portanto, arrecadado pelo Estado! Por isso o Governo Federal não tem a motivação que tem o Governo do Estado!

Deputado Antônio Carlos Vieira, V.Exa. muito bem complementou a nossa fala na Comissão de Constituição e Justiça. O que faltou aqui foi vontade política, e o legalismo preponderou sobre o interesse público, na medida em que pedíamos que o Governo fizesse a sua parte não vetando o projeto ou que a sua base nos ajudasse a derrubar o veto para que pudéssemos dar uma demonstração de que quando a lei contraria o interesse público, algo está errado.

Não é à toa que a Constituição de 1988 já foi alterada 42 vezes. Por quê? Porque são as necessidades reais da sociedade que vão determinar a lei, e não o contrário.

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Carlos Vieira - Deputado, é muito importante o seu pronunciamento.

O interesse público tem de se sobrepor à Constituição. Se o interesse público for em direção a um assunto, a uma diretriz,

que se modifique a Constituição para dar amparo àquele interesse público. E aí, o caso da tarifa de telefonia. V.Exa. considerou muito bem.

O Governador não vetou por ser inconstitucional, absolutamente! Ele considerou, sim, perda de ICMS, que não são 25%. Vinte cinco por cento é o nominal; o oficial é 33%. Por quê? Porque o ICMS é por dentro. Pega-se o valor da tarifa, coloca-se 25% e depois calcula 25%. Então, corresponde 33%. Um terço dessa despesa é do Estado, tributo do ICMS. Então, veja quanto isso representa.

Esse é o motivo em que o interesse público não se sobrepõe ao interesse estadual em tributar. O interesse maior, nesse caso, Deputado, foi a tributação desse ICMS, desses 33% sobre o valor cobrado de nós, pobres mortais.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Eu agradeço pelo aparte, Deputado Antônio Carlos Vieira.

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Dionei Walter da Silva - Acho que esta questão, do imposto estadual, já debatemos com o Deputado Manoel Mota.

Então, se o verdadeiro interesse do Governo do Estado é a questão constitucional, ele poderia isentar a tarifa de ICMS e teríamos uma redução, de imediato, de R\$ 12,00. Acho que já seria uma grande prova do Governo de que realmente está preocupado com a constitucionalidade do projeto.

Mas eu quero dizer também, não tomando todo o seu tempo, que a argumentação do Governo, lastreada pela Procuradoria-Geral do Estado, em algumas vezes se confunde com a defesa privada. A defesa do interesse público confunde-se com o interesse da defesa privada. Um exemplo foi o fechamento das casas de bingos, quando a Procuradoria-Geral do Estado defendeu aquelas casas, como se elas não tivessem seus advogados particulares para defendê-las. E nesse sentido houve interesse. O caça-níquel foi justificado pelo Governo, mas queria o interesse público, com aquele projeto, tirar as maquininhas das lanchonetes, das padarias.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Agradeço, Deputado Dionei Walter da Silva.

Deputado Antônio Carlos Vieira, Deputado Paulo Eccel, V.Exa. que é Autor desse projeto reconhecidamente relevante e de interesse social, o que pedimos não foi que o Governador fizesse além da conta, mas que fizesse o papel do beija-flor. Quem não conhece o conto do incêndio na floresta, em que o beija-flor pega água no lago e tenta acabar com o incêndio? O leão e os outros animais diziam para deixar de ser tolo pois não iria conseguir apagar o incêndio com uma gota de água de cada vez. E, Deputado Julio Garcia, nosso Presidente, o beija-flor respondeu que estava fazendo a parte dele!

Muitas vezes precisamos fazer a nossa parte. E eu acho que a Assembléia Legislativa perdeu a oportunidade de fazer a sua parte, mas isso não nos inibe de continuar esta e outras lutas.

Repito que não é pela motivação da arrecadação que o Governo Federal demora ou tem dificuldade para aprovação do projeto a que o Deputado João Henrique Blasi aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - V.Exa. tem 30 segundos para concluir seu pensamento.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Sr. Presidente, na verdade, amarraram de tal forma essa questão de exploração de serviços e necessidades públicas aos interesses privados, de multinacionais, que exploram nossa população, que as agências reguladoras hoje têm mais poder do que o Poder eleito pelo povo - o Executivo, o Legislativo. Quem sabe o Judiciário possa nos ajudar a corrigir esta questão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Esta presidência registra, com prazer, a visita do Prefeito em exercício de Lauro Müller, o empresário Luiz Tadeu Librelato, acompanhado do Prefeito licenciado, Nestor Spricigo.

Sintam-se bem na Assembléia Legislativa, a Casa do Povo.

O Deputado João Henrique Blasi pede que também faça referência às boas vindas ao Prefeito e ao vice-Prefeito.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

## ATOS DA MESA

### ATO DA MESA DP

#### ATO DA MESA Nº 011-DP, de 2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições  
CONCEDE licença ao Senhor Deputado Celestino Secco para ausentar-se do País, no período compreendido entre os dias 19 e 21 de abril do corrente ano, em viagem para Buenos Aires - Argentina, a fim de formalizar convites e finalizar a formulação da programação do IV Fórum do Corredor Bioceânico Central, I Seminário sobre Recursos Hídricos no Mercosul (Aqüífero Guarani), eventos que se realizarão nesta Casa no período de 28 a 30 de abril de 2005.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 19 de abril de 2005

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Mauro da Silveira - 1º Secretário

Deputado Pedro Baldissera - 2º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATOS DA MESA

#### ATO DA MESA Nº 845, de 18/04/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ANA BEATRIZ BARON LUDVIG**, matrícula nº 4129, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-08, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/2005 (Deputado Paulo Eccel).

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

Deputado Lício Silveira - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 846, de 18/04/2005**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **ANA BEATRIZ BARON LUDVIG**, matrícula nº 4129, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-06, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/2005 (Deputado Paulo Eccel).

Deputado Júlio Garcia - Presidente  
Deputado Pedro Baldissera - Secretário  
Deputado Lício Silveira - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 847, de 18/04/2005**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **EUDES PAVESI**, matrícula nº 4124, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/2005 (Deputado Paulo Eccel).

Deputado Júlio Garcia - Presidente  
Deputado Pedro Baldissera - Secretário  
Deputado Lício Silveira - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 848, de 18/04/2005**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **EUDES PAVESI**, matrícula nº 4124, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-07, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/2005 (Deputado Paulo Eccel).

Deputado Júlio Garcia - Presidente  
Deputado Pedro Baldissera - Secretário  
Deputado Lício Silveira - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 849, de 18/04/2005**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **JOSÉ ANTONIO MARQUES**, matrícula nº 4297, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-03, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/2005 (Deputado Paulo Eccel).

Deputado Júlio Garcia - Presidente  
Deputado Pedro Baldissera - Secretário  
Deputado Lício Silveira - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 850, de 18/04/2005**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **JOSÉ ANTONIO MARQUES**, matrícula nº 4297, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-04, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/2005 (Deputado Paulo Eccel).

Deputado Júlio Garcia - Presidente  
Deputado Pedro Baldissera - Secretário  
Deputado Lício Silveira - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 851, de 18/04/2005**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **CEDENIR ALBERTO SIMON**, matrícula nº 2951, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-06, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/2005 (Deputado Paulo Eccel).

Deputado Júlio Garcia - Presidente  
Deputado Pedro Baldissera - Secretário  
Deputado Lício Silveira - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 852, de 18/04/2005**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **BENTO VIEIRA RODRIGUES**, matrícula nº 3710 para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-11, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/2005 (Deputado Francisco de Assis).

Deputado Júlio Garcia - Presidente  
Deputado Pedro Baldissera - Secretário  
Deputado Lício Silveira - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 853, de 18/04/2005**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ANTÔNIO CEZAR DA SILVA CHAVES**, matrícula nº 4068, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/05 (Deputado Sérgio Godinho).

Deputado Júlio Garcia - Presidente  
Deputado Lício Silveira - Secretário  
Deputado Pedro Baldissera - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 854, de 18/04/2005**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **EDUARDO MAGNOS MICHALSKI**, matrícula nº 4562, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-08, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/05 (Deputado Sérgio Godinho).

Deputado Júlio Garcia - Presidente  
Deputado Lício Silveira - Secretário  
Deputado Pedro Baldissera - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 855, de 18/04/2005**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **NEUZA BASQUEROTE SOUZA DEMETRIO**, matrícula nº 4440, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/05 (Deputado Sérgio Godinho).

Deputado Júlio Garcia - Presidente  
Deputado Lício Silveira - Secretário  
Deputado Pedro Baldissera - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 856, de 18/04/2005**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **EDUARDO MAGNOS MICHALSKI**, matrícula nº 4562, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-11, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/05 (Deputado Sérgio Godinho).

Deputado Júlio Garcia - Presidente  
Deputado Lício Silveira - Secretário  
Deputado Pedro Baldissera - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 857, de 18/04/2005**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:  
EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **RAFAEL LORENZI GODINHO**, matrícula nº 3966, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-02, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/05 (Deputado Sérgio Godinho).

Deputado Júlio Garcia - Presidente  
Deputado Lício Silveira - Secretário  
Deputado Pedro Baldissera - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 858, de 18/04/2005**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **RAFAEL LORENZI GODINHO**, matrícula nº 3966, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/05 (Deputado Sérgio Godinho).

Deputado Júlio Garcia - Presidente  
Deputado Lício Silveira - Secretário  
Deputado Pedro Baldissera - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 859, de 18/04/2005**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **LETIERE DE SÁ SOUZA**, matrícula nº 4357, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/05 (Deputado Sérgio Godinho).

Deputado Júlio Garcia - Presidente  
Deputado Lício Silveira - Secretário  
Deputado Pedro Baldissera - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 860, de 18/04/2005**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **ADRIANA PEREIRA BEILER**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-12, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/05 (Deputado Sérgio Godinho).

Deputado Júlio Garcia - Presidente  
Deputado Lício Silveira - Secretário  
Deputado Pedro Baldissera - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 861, de 18/04/2005**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **LUIZ GONZAGA SOUZA DA SILVA**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-14, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/05 (Deputado Sérgio Godinho).

Deputado Júlio Garcia - Presidente  
Deputado Lício Silveira - Secretário  
Deputado Pedro Baldissera - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 862, de 18/04/2005**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:  
EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **NARACELIA COSTA CORREIA**, matrícula nº 4079, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-10, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/05 (Deputado Nelson Goetten).

Deputado Júlio Garcia - Presidente  
Deputado Pedro Baldissera - Secretário  
Deputado Lício Silveira - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 863, de 18/04/2005**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **NARACELIA COSTA CORREIA**, matrícula nº 4079, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-08, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/05 (Deputado Nelson Goetten).

Deputado Júlio Garcia - Presidente  
Deputado Pedro Baldissera - Secretário  
Deputado Lício Silveira - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 864, de 18/04/2005**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:  
EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **DENIZE PURNHAGEM RODRIGUES**, matrícula nº 4320, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-08, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/05 (Deputado Nelson Goetten).

Deputado Júlio Garcia - Presidente  
Deputado Pedro Baldissera - Secretário  
Deputado Lício Silveira - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 865, de 18/04/2005**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **ALEXANDRE MAGNO MACHADO RIBEIRO**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-10, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/05 (Deputado Nelson Goetten).

Deputado Júlio Garcia - Presidente  
Deputado Pedro Baldissera - Secretário  
Deputado Lício Silveira - Secretário  
\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 866, de 18/04/2005**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR **NIRACI CHIMINELLI**, matrícula nº 1671, da função de Chefia e Assistência Técnica, código PL/CAT, a partir de 12/04/05 (Deputado Mauro Mariani).

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

Deputado Lício Silveira - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 867, de 18/04/2005**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: de acordo com a Resolução DP nº 040/92, c/c Resolução nº 037, de 26/01/98,

DESIGNAR **NIRACI CHIMINELLI**, matrícula nº 1671, para exercer a função de Chefia e Assistência Técnica - PL/CAT, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação a partir de 12/04/05 (Deputado Gelson Sorgatto).

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

Deputado Lício Silveira - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 868, de 18/04/2005**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: de acordo com o art. 154, 157 e 158, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

DESIGNAR os servidores **FABIANO AUGUSTO F. KRIEGER**, matrícula nº 1843, advogado; **ROBERTO TAGLIARI LIMA**, matrícula nº 0976, advogado; e **IVAN ALTHOFF DE MEDEIROS**, matrícula nº 1848, Operador de Som, todos pertencentes ao Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, para, sob a presidência do primeiro, no prazo de 60 (sessenta) dias, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, destinada a apurar os fatos apontados pela Comissão de Sindicância nº 008/04, cujo relatório imputa à servidora **EMANUELLE VIEIRA TORRES**, matrícula nº 3995, Secretária Parlamentar, Código PL/GAP-8, lotada no Gabinete do Deputado Francisco de Assis, a responsabilidade pelo prejuízo sofrido pelo Poder Legislativo, em face do desaparecimento de uma máquina fotográfica digital marca Sony Mavica, tombada sob o nº 20848, equipamento sob a guarda e sujeito a exame ou fiscalização da referida servidora.

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Lício Silveira - Secretário

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 869, de 18/04/2005**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: de acordo com o art. 154, 157 e 158, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

DESIGNAR os servidores **ALDO LUIZ GARCIA**, matrícula nº 1094, Técnico Legislativo; **SILMARA QUINTÃO DA SILVEIRA**, matrícula nº 1582, Administradora; e **VERA BEATRIZ MARTINS LOPES VIEIRA**, matrícula nº 1017, Assistente Legislativo, todos pertencentes ao Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, para, sob a presidência do primeiro, no prazo de 60 (sessenta) dias, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, destinada a apurar os fatos apontados pela Comissão de Sindicância nº 008/04, cujo relatório imputa à servidora **CARLA MARIA EVANGELISTA VIEIRA PEDROZO**, matrícula nº 3554, ocupante do cargo de Diretora da Escola do Legislativo, Código PL/DASU-4, a responsabilidade pelo prejuízo sofrido pelo Poder Legislativo, em face do desaparecimento de uma placa de rede e conector do *note book* tombado sob o nº 17396, equipamentos sob a guarda e sujeitos a exame ou fiscalização da referida servidora.

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

Deputado Lício Silveira - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 870, de 18/04/2005**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **WILLIANS ROBERTO ALBERTI**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-13, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a partir de 12/04/05 (Deputado Gelson Sorgatto).

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 871, de 18/04/2005**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **JULIO BARRABAS GRASEL**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-12, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a partir de 12/04/05 (Deputado Gelson Sorgatto).

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 872, de 18/04/2005**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **CLEO CESAR DOS SANTOS**, matrícula nº 3834, do cargo de Agente de Pesquisa, código PL/DCA-4, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a partir de 01/04/05 (Gabinete da Presidência).

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 873, de 18/04/2005**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR, **EMANUELLE ROCHA FRANZOI**, para exercer, em comissão, o cargo de Aghente de Pesquisa, código PL/DCA-4, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a partir de 01/04/05 (Gabinete da Presidência).

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 874, de 18/04/2005**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde)

CONCEDER LICENÇA a **GIANCARLO GIANNI BORTOLUZZI**, matrícula nº 2019, ocupante do cargo de Programador, código PL/ATM-8-H, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, por 45 (quarenta e cinco) dias, a partir de 07/04/05.

Deputado Júlio Garcia - Presidente

Deputado Pedro Baldissera - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

# PUBLICAÇÕES DIVERSAS

## ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

### ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE A 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia doze do mês de abril do ano de dois mil e cinco, sob a Presidência do Senhor Deputado Celestino Secco e presentes os demais membros, Deputado Onofre Santo Agostini, Deputado Romildo Titon, Deputado Francisco Küster, Deputado Sérgio Godinho, Deputado Afrânio Boppré substituindo o Deputado Vânio dos Santos, Deputado Paulo Eccel, Deputado Joares Ponticelli e Deputado João Henrique Blasi. Aberto os trabalhos, foi lida e aprovada por unanimidade a ata da 5ª reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça. **O Senhor Presidente** relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 060.2/05, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 056.6/05, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 041.0/05, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao senhor Deputado Paulo Eccel. **O Senhor Deputado Onofre Santo Agostini** relatou a seguinte matéria: o Projeto de Lei Complementar nº 026.6/05, exarando parecer favorável ao parecer do relator, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Romildo Titon** relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 061.3/05, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Ofício nº 001.9/05, exarando parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Sérgio Godinho** relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 047.5/05, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 054.4/05, exarando parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Afrânio Boppré** relatou as seguintes matérias: o Ofício nº 003.0/05, parecer exarado pelo senhor Deputado Vânio dos Santos pelo arquivamento, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao senhor Deputado João Henrique Blasi e o Projeto de Lei nº 069.0/05, parecer exarado pelo senhor Deputado Vânio dos Santos pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado Joares Ponticelli** relatou as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 071.5/05, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 070.4/05, exarando parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Senhor Deputado João Henrique Blasi** relatou as seguintes matérias: a Representação nº 004/04, exarando parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 076.0/05, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete aos senhores Deputados Joares Ponticelli e Paulo Eccel; o Projeto de Lei nº 457.8/04, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; o Projeto de Lei nº 078.1/05, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao senhor Deputado Paulo Eccel; o Projeto de Lei nº 075.9/05, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao senhor Deputado Paulo Eccel; o Projeto de Lei Complementar nº 006.2/05, exarando parecer favorável com o requerimento de Audiência Pública do Senhor Deputado Paulo Eccel, que posto em discussão, foi cedido para vista em gabinete ao senhor Deputado João Henrique Blasi; o Projeto de Lei Complementar nº 026.6/04, exarando parecer pela inadmissibilidade, que posto em discussão, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 059.8/05, exarando parecer pela admissibilidade, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei nº 466.9/02, exarando parecer pelo arquivamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Secretário Executivo lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembléia.

Sala das Comissões, em 12 de abril de 2005

**Deputado Jorginho Mello**

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

## AUDIÊNCIA PÚBLICA

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE SAÚDE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DISCUTIR A RESPEITO DA DOENÇA DE CHAGAS NESTE ESTADO, REALIZADA NO PLENÁRIO DESTA CASA, NO DIA 29 DE MARÇO DE 2005, ÀS 9H.

Ao vigésimo nono dia do mês março do ano de dois mil e cinco, às nove horas, sob a presidência do Deputado Antônio Aguiar, Presidente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), realizou-se a audiência pública para discutir a respeito da Doença de Chagas neste Estado. **O Sr. Presidente da Comissão**, Deputado Antônio Aguiar, iniciou a audiência convidando para fazer parte da mesa a Secretária Adjunta da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, Sra. Carmen Zanotto; o Sr. Luís Antônio Silva, Diretor da Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Estado da Saúde (SES); o Sr. Gilberto Alves, Gerente Técnico do Laboratório Central (Lacen); o Dr. Antônio Miranda, Diretor do Hospital Nereu Ramos; a Deputada Odete de Jesus; e o Deputado Dionei Walter da Silva. Prosseguindo, saudou a todos e registrou a presença do Sr. Valmir Bittencourt; do Sr. Reynaldo Vaz, advogado de Lages; do Sr. Odilon Inácio Teixeira, Auditor Fiscal de Controle Interno do Tribunal de Contas do Estado; do Sr. João Antônio Leite, representando o Deputado Federal Odacir Zonta; e do Sr. Flávio Magajewski, Diretor de Planejamento e Coordenação da SES. A seguir, o Sr. Presidente passou a palavra à Sra. Carmen Zanotto, Secretária Adjunta da Saúde, para que, primeiramente, relatasse a situação da saúde pública frente à estiagem no Estado de Santa Catarina. Assim, a **Secretária Adjunta Carmen Zanotto**, em nome do Secretário Dado Cherem e de toda a equipe desta Pasta, cumprimentou o Presidente Antônio Aguiar, os Parlamentares e os demais presentes, e passou a expor que, quanto às repercussões da estiagem catarinense no setor da saúde, a Secretaria de Estado da Saúde tem o Dr. Maurílio como representante na Defesa Civil do Estado, que vem acompanhando isso pessoalmente, e que também se busca informações em todas as Diretorias e nos próprios municípios. Afirmou que questão da seca não houve nenhuma alteração na área da saúde com relação aos municípios no aumento de ofertas de serviços por um aumento de uma demanda. Observou que as alterações climáticas levam a outros fatores, mas que não existe nenhum registro na Secretaria de Estado da Saúde em relação a algum município estar sofrendo alguma situação em função da seca, anunciando que foi trabalhado com os municípios o controle e a qualidade da água para consumo humano, porque o maior sofrimento está na questão das plantações e dos animais, e que os municípios foram orientados com relação ao consumo da água, aos vetores, em especial que a água para o consumo humano que não é tratada seja fervida. Na seqüência, **O Sr. Presidente da Comissão** deixou a palavra livre a todos, mas não havendo manifestação comentou que, de acordo com o relato da Secretária Adjunta da Saúde, não houve intercorrências mais graves na saúde humana relacionadas à estiagem. Após, passou para o assunto seguinte, que também afeta o Estado, que é a Doença de Chagas, concedendo a palavra à **Secretária Adjunta Carmen Zanotto**, que anunciou a presença da equipe técnica da Secretaria de Estado da Saúde nesta audiência, dos profissionais responsáveis por vários setores correlacionados ao diagnóstico e ao tratamento da Doença de Chagas neste Estado: Sr. Luís Antônio Silva, Diretor da Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Estado da Saúde, que falaria sobre os dados epidemiológicos, de como se chegou a esse diagnóstico; Dr. Antônio Miranda, que colocaria o quadro clínico dos pacientes em tratamento; e o Sr. Gilberto Alves, que colocaria o volume de exames que chegaram ao Lacen, dos pacientes assintomáticos e sintomáticos, e os que o Ministério da Saúde está encaminhando. Segundo a Secretária Adjunta, o mais importante para o setor da Saúde foi ter conseguido confirmar o diagnóstico da Doença de Chagas, que não tinha sido ainda registrada em Santa Catarina desta forma aguda (foi uma situação atípica), citando a ajuda recebida do Ministério da Saúde, da equipe do Rio Grande do Sul e dos doutores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Em seguida, usou a palavra o **Sr. Luís Antônio Silva, Diretor da Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Estado da Saúde**, que passou a relatar a situação epidemiológica dizendo que a Vigilância Epidemiológica deste Estado foi acionada no dia 6 de março, quando foi caracterizada uma situação diferenciada: neste dia foi internada uma família, residente em Joinville, no Hospital Santa Inês, em Camboriú. Disse que o primeiro diagnóstico foi a suspeita de Leptospirose, mas que o tratamento iniciado não teve resposta satisfatória, tanto que dois integrantes da família (a menina



mais nova e sua avó) apresentavam uma evolução muito rápida do quadro e ambos vieram a falecer na madrugada do dia 7 de março. Divulgou que imediatamente foi acionada a Vigilância e que foram orientadas todas as medidas que até então se tinham conhecimento; que todo material sorológico necessário para a elucidação do diagnóstico, tanto de Leptospirose quanto do Hantavírus, foi coletado. Falou que na segunda-feira, dia 7, pela manhã, foi constatada mais uma situação, que ocorreu no Hospital de Caridade, no sábado, com a internação de três pessoas da mesma família com os mesmos sintomas, falando que foi constatado que essas pessoas tinham somente uma coisa em comum: o fato de terem consumido caldo de cana em Navegantes, num quiosque às margens da BR-101. Explicitou que foram realizados todos os procedimentos do ponto de vista da investigação, quando foi constatada e confirmada, por laboratório, a presença de Leptospirose e de Hantavirose, mas que a evolução dos quadros clínicos não respondiam, como tradicionalmente ocorre. Continuando, relatou que desde o primeiro momento a Secretaria desconfiava que havia alguma questão a mais do que a Leptospirose e a Hantavirose, já que três pessoas tiveram confirmadas essas duas doenças ao mesmo tempo. Citou que no dia 7 de março começou todo o procedimento de investigação e que todos os exames para diagnóstico e tratamento foram feitos, mas que não "fechava", epidemiologicamente, a forma de transmissão ou como essas pessoas teriam contraído essas doenças. Assim, disse que por medida de precaução cautelar, por segurança, tendo em vista o fato inusitado, a Secretaria de Estado determinou, no dia 11 de março, a interdição dos pontos de comércio e consumo de caldo de cana da região de Itajaí, Navegantes e Penha. Explicou que no andamento do processo investigativo percebeu-se que a tecnologia empregada nos exames não estava sendo satisfatória quanto à resposta; que em nenhum momento se imaginou que poderia haver a incidência do *Trypanosoma Cruzi* no Estado de Santa Catarina, principalmente em relação à forma de ingestão oral, pois tradicionalmente a Doença de Chagas é transmitida pela picada do Barbeiro (transmissão vetorial), em que o inseto pica as pessoas, que ao coçarem a pele inoculam as fezes na corrente sanguínea; e que é extremamente rara essa forma de ingestão oral, tanto que ocorreu no Brasil em três situações. Prosseguindo, contou que após vários esforços na tentativa de um diagnóstico preciso, através de um exame de bancada, os técnicos do Lacen analisaram uma lâmina que estava disponível e identificaram o *Trypanosoma Cruzi*; que, imediatamente, na noite do dia 19 de março foram colhidas amostras de sangue de todos os suspeitos, naquela ocasião, confirmando que a contaminação pelo *Trypanosoma Cruzi*. Explicou que a partir disso, no dia 20 do mesmo mês, a Secretaria estendeu a medida cautelar de segurança, pois dos 19 casos iniciais confirmados, apenas 68% das pessoas contaminadas afirmavam que haviam consumido caldo de cana contaminado em Navegantes, especificamente no quiosque já mencionado: 15% diziam ter ingerido o caldo de cana em Joinville; e ainda havia referências a Itajaí, Itapema e Barra do Sul. Destacou que a medida cautelar da Secretaria foi no sentido de estender a área, principalmente na questão do consumo de caldo de cana, para que houvesse segurança de que esse fato não estivesse ocorrendo em outras regiões do Estado. Informou que houve todo um rastreamento feito em conjunto com a Secretaria de Estado da Agricultura e com a Vigilância Sanitária, sendo rastreada toda a procedência, desde a plantação dos canaviais, passando pela estocagem no distribuidor ou num atacado, até em que condições a cana chegava ao consumidor; que, paralelamente, a Vigilância Epidemiológica, dentro da chamada entomologia - trabalha especificamente a questão de insetos (vetores) que tenham implicação na saúde humana -, fez o caminho inverso, saindo do ponto de contaminação, identificando e capturando insetos e outros animais, passando pelos pontos de distribuição e chegando aos locais onde a cana é plantada. Confirmou, ainda, que as pessoas que disseram ter ingerido caldo de cana em Joinville admitiram, em novas entrevistas, terem consumido, entre 13 e 20 de fevereiro, caldo de cana em Navegantes. Ato contínuo, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Antônio Aguiar indagou se havia sido encontrado algum Barbeiro nos canaviais do Estado de Santa Catarina, ao que Sr. Luís Antônio Silva respondeu que até agora não havia sido encontrado nem nos canaviais nem nos pontos de contaminação, mas que equipes estão rastreando e já foram encontrados animais silvestres de sangue quente, que são importantes na cadeia de transmissão e manutenção do *Trypanosoma Cruzi* (preás, tatus e gambás), sendo que foram coletados materiais biológicos que estão em análise no laboratório de parasitologia da UFSC. Após, o Sr. Presidente da Comissão perguntou se havia a possibilidade de o vírus ter entrado no Estado através de cana-de-açúcar importada de outro estado, como São Paulo, Bahia, e se foi feito um levantamento rodoviário a respeito do caso, obtendo do Sr. Luís Antônio Silva a resposta que foi feito, por parte da Secretaria da Agricultura, todo um rastreamento da procedência da cana e que não foi encontrado nenhum vestígio de cana que tenha vindo de fora do Estado, até porque, economicamente, a importação da cana não é viável para essa situação e que todos os indícios apontam fortemente para a cana produzida na

região de Gaspar, de Ilhota e de Luís Alves, que é a consumida no litoral Nordeste de Santa Catarina, onde houve os casos. Também citou que até o dia 20 de março, dos 28 casos suspeitos, foram confirmados 19 casos por infecção do *Trypanosoma Cruzi*; que, atualmente, os 30 casos confirmados não mudaram mais e que dificilmente mudarão, justamente pela característica de ter acontecido num único local onde as pessoas estiveram expostas, naquele momento, através da ingestão do caldo de cana; e que é de admirar a alta quantidade de parasitas ingeridas por essas pessoas, tanto que apresentaram um quadro clínico extremamente delicado. Declarou que, oficialmente, há 136 casos investigados, com 30 casos confirmados de *Trypanosoma Cruzi*; e que esses mesmos 30 casos estão sendo reinvestigados do ponto de vista do diagnóstico de laboratório, com confirmação não apenas em Santa Catarina, mas no Lacen, na Universidade Federal, que é a referência no Estado em parasitologia, nos laboratórios de referência nacional do Ministério, localizados em Goiânia e Minas Gerais, a fim de que, após a conclusão dessa situação, possa-se afirmar com certeza quantos casos realmente ocorreram. Em seguida, Sr. Presidente da Comissão, declarou que no Pará houve um surto da Doença de Chagas causada pela transmissão através do açaí, e indagou se o abacaxi e o Coco da Bahia vindos de outros estados foram investigados, para se saber da possível contaminação através dessas frutas, ao que o Sr. Luís Antônio Silva informou que todas as probabilidades vinculadas a essa cadeia de transmissão foram devidamente investigadas e estão sendo recheçadas. Divulgou, ainda, que, nesse local e nesse período, não houve consumo do que chamam de rodizio de cana, que é a cana com outras frutas, como abacaxi, maracujá, ou outra situação; que foi alegado ter sido usado apenas o limão no preparo do caldo; e que naqueles locais todas as frutas foram identificadas, como o coco - houve muito comentário de o Barbeiro vir na palha do coco. Comunicou que a possibilidade de o Barbeiro existir em Santa Catarina é real, pois há o Barbeiro nativo nas matas de Santa Catarina; que é preciso confirmar se esse Barbeiro está infectado ou não pelo *Trypanosoma Cruzi*. Questionou como esse Barbeiro se infectou, se até o momento não havia nenhum registro de caso de Doença de Chagas por transmissão no Estado, falando que uma das hipóteses fortes seria que esse Barbeiro infectado tivesse vindo de uma outra área do País através de transporte; que qualquer carga transportada, por meio rodoviário ou marítimo, conforme as características da região, na sua adaptação ao ecossistema de Santa Catarina, pode vir a se alimentar de animal silvestre e o infectar, por ser um reservatório natural - não fica doente, mas fica com o *Trypanosoma Cruzi* -, e o Barbeiro nativo, nessa cadeia alimentar, na tentativa de se alimentar, também faz o processo de infecção e adquire. Porém, explicou que essa forma de ingestão alimentar é extremamente rara, a probabilidade de que ela aconteça em qualquer Unidade da Federação é muito pequena, desde que as condições de higiene e de manipulação desse alimento sigam as mínimas recomendações ou que, pelo menos, sejam observadas as práticas de segurança alimentar, o que é fundamental não só para o caldo de cana, mas para o consumo de qualquer alimento que tenha implicação na saúde humana. Reforçou que, quanto ao aspecto epidemiológico e da cadeia de transmissão, todas as medidas tomadas foram no sentido da prevenção e da precaução, para que não houvesse possibilidade de isso acontecer em outros locais e que a Secretaria da Saúde pudesse ter tranquilidade na investigação; comentou que hoje há 20 especialistas, a maioria entomologistas, em toda a região dos Municípios de Penha, de Navegantes, de Pícaras e de Itajaí identificando possíveis ninhos ou colônias de Barbeiros, na captura de animais silvestres para identificar a infecção; e afirmou que isso será encontrado, porque não pode haver uma cadeia de transmissão sem existir o elemento. Exemplificou uma família do Rio Grande do Sul, que sofreu esse processo de infecção com a ingestão de verduras e legumes contaminados por *Trypanosoma Cruzi*; na Paraíba, 26 pessoas se infectaram com o *Trypanosoma Cruzi* pelo consumo de caldo de cana. Declarou, também, que há, como se chama na área da epidemiologia, os microsurto epidêmicos, especificamente no Pará, pelo elevado consumo do suco de açaí, mas que é a função do Barbeiro, já que nas festas noturnas, pela luminosidade do ambiente, na hora em que se faz o suco, pelo número de Barbeiros que circulam naquela região endêmica, ele cai na máquina, é triturado junto com a cana, e as pessoas o ingerem, frequentemente. Contou que em Santa Catarina, pela não existência da Doença de Chagas endêmica, na sua forma tradicional, esse episódio muda todo o processo de vigilância para que se implementem os pontos-sentinelas, para se rastrear a situação. Logo após, a Deputada Odete de Jesus, inicialmente, reclamou não ter tido oportunidade de manifestar-se anteriormente, uma vez que foi quem solicitou esta audiência, devido aos fatos ocorridos no Estado. Ponderou que, sobre as frutas vindas do Nordeste e sobre as verduras, deveria haver um controle mais rigoroso da vigilância pública, para que os vendedores de caldo de cana em Santa Catarina não venham a ser prejudicados. Reportou-se às colocações de que no Pará o açaí poderia estar contaminado, assim como o abacaxi; externou que gostaria que não pairassem dúvidas a respeito desse

assunto; e argumentou que a região mais atingida é a Nordeste do Estado, de Garuva até Itapema, e que muitos turistas de Curitiba, São Paulo, Brasília, que vieram daqui, estão acamados com essa doença. Por fim, solicitou explicações quanto às medidas para evitar a entrada desses produtos importados em Santa Catarina, a fim de que os vendedores de caldo de cana não sejam prejudicados. A respeito disso, o **Sr. Luiz Antônio Silva** esclareceu, novamente, que as frutas de exportação, principalmente do Norte/Nordeste que vêm para o Sul, nesse caso específico de Santa Catarina, não têm vínculo epidemiológico algum; salientou não ter afirmado que as frutas, como abacaxi e coco, estão contaminadas, pelo contrário, elas foram investigadas, mas nessa situação específica estão fora; e frisou que a contaminação através do Barbeiro ocorreu através da moenda ou da cana, no momento específico da moagem daqueles caldos que vitimaram as pessoas naquela data. Anunciou haver várias possibilidades a serem readequadas à legislação sanitária, que, quanto a alimentos, à prática saudável do manuseio, da elaboração, é extremamente boa, tanto que a legislação sanitária atual dá segurança, desde que seja realmente cumprida nos seus preceitos. Alertou que se encontram em situações inadequadas, não só no caldo de cana, mas em toda a cadeia alimentar, principalmente quanto ao armazenamento, ao manuseio e à elaboração do alimento no momento do consumo; e argumentou que, por isto, a Secretaria está com uma equipe, determinada pelo Secretário Dado, trabalhando para apresentar uma proposta de regulamentação sanitária para o consumo do caldo de cana e também de outros produtos envolvidos nesse comércio, que em Santa Catarina é muito forte. Inquiriu quem não consome caldo de cana neste Estado, pois é raro alguém não consumir, afirmando que a normatização tem que ser em função da segurança das pessoas, para que continuem a consumir caldo de cana. Continuando, lembrou que não é a cana nem o caldo o vilão da história; que esse meio alimentar, em determinado momento, foi contaminado pelo *Trypanosoma* e que é necessário encontrar rapidamente a forma como ocorreu esse contágio; e que isso mostra que medidas práticas da legislação sanitária de consumo de alimentos devem ser aprimoradas, tanto que não tem dúvida nenhuma quanto à atuação da Secretaria, da Vigilância Sanitária, juntamente com a Anvisa, porque o interesse é nacional - o Rio Grande do Sul, o Paraná e São Paulo consomem muito caldo de cana. Ressaltou que o que ocorreu em Santa Catarina foi uma fatalidade, do ponto de vista da saúde humana, pela forma que aconteceu, porque se fosse a Doença de Chagas pela transmissão na forma vetorial, poder-se-ia dizer que algo não estaria normal ou não foi bem-feito, resultando nisso, o que não ocorreu. Comunicou que é proposta da Secretaria da Saúde regulamentar esse comércio, para que todas as famílias que nele atuam para sobreviver possam se enquadrar corretamente, e que essa legislação não terá impacto econômico, é possível ser adaptada; porém, alertou para a questão da informação ao consumidor, para que ele não se dê conta apenas quando o fato acontecer, chegando em lugares inapropriados para o comércio de alimentos sem dar a devida importância quanto aos equipamentos do estabelecimento e às pessoas que são responsáveis pelo alimento. Finalizando, enfatizou que a solicitação do Secretário Dado é que haja essa adequação à normatização sanitária, para solucionar o caso do caldo de cana, a fim de que continue o trabalho dessas pessoas. Logo após, a **Deputada Odete de Jesus** referiu-se às pessoas que morreram e tiveram os três tipos de doença, tendo o Sr. Luiz Antônio Silva informado que passaria a palavra ao Dr. Antônio Miranda, que detalharia esse diagnóstico e o quais são as nossas possibilidades. A seguir, manifestou-se o **Sr. Antônio Miranda, Diretor do Hospital Nereu Ramos**, que, após cumprimentar todos, disse ser importante esta audiência pública para que fique muito claro, como tem sido a norma da Secretaria da Saúde desde o começo desse episódio, todas as informações, as formas de atuação, tanto que tudo o que ocorreu foi amplamente divulgado para a sociedade através dos meios de comunicação, já que em nenhum momento a Secretaria omitiu dados, deixando a população esclarecida, procurando orientar e não criar pânico. Respondendo à Deputada Odete, ponderou que no começo houve algumas dificuldades para a realização do diagnóstico clínico; explicou que as doenças infecciosas são muito semelhantes na fase aguda - Hantavirose, Leptospirose, Doença de Chagas Aguda, Malária, Febre Amarela, septicemias por qualquer bactéria ou por salmonelas -, no que se refere à parte clínica, e que mesmo um médico experiente, num momento inicial, não tem condições de diagnosticar a etiologia, o agente que causou aquela doença, ainda mais que o caso era inusitado, porque no Estado não havia a ocorrência da Doença de Chagas. Portanto, esclareceu que inicialmente pensou-se nas doenças mais prevalentes em Santa Catarina, como Leptospirose, Hantavirose; mas observou que se via, com a experiência que se tem com a parte clínica, que os casos, embora houvesse alguns exames positivos para Leptospirose e Hantavirose, não eram compatíveis nem com uma nem com outra patologia, eram casos atípicos, embora não se soubesse do que se tratava. Ainda, declarou que, inicialmente, alguns exames sorológicos realizados foram positivos para Leptospirose e também

foram reagentes para Hantavirose, no Instituto Adolfo Lutz, e, por último, ainda positivos e confirmados para Doença de Chagas; registrou que essa explicação técnica é plausível e aceitável, porque existe a reação cruzada - quando determinadas doenças se cruzam no resultado sorológico para duas ou três doenças semelhantes; expôs que no caso da Doença de Chagas, mesmo confirmada, ela pode ter uma sorologia reagente para Toxoplasmose, Leptospirose, Hantavirose e Sífilis, por exemplo, ou seja, quatro ou cinco doenças podem ter o exame positivo, embora a doença de base seja a de Chagas, o que é uma semelhança no exame laboratorial, o qual chamamos de reação cruzada, mas, depois, no teste confirmatório isso não se confirma; e explicitou que, se inicialmente houve Leptospirose reagente, Hantavirose reagente, Toxoplasmose reagente, depois, num exame mais afinado, mais sensível, esses diagnósticos foram afastados e foi confirmada, com o isolamento do parasita, a Doença de Chagas Aguda, uma forma inusitada. Continuando, disse querer deixar claro que do dia 6 de março, quando começaram no Lacen as investigações com os testes sorológicos, até o dia 18 do mesmo mês transcorreram 12 dias, tempo em que a Secretaria de Estado da Saúde ficou diante de uma situação nova, inusitada e grave, mas conseguiu dar uma resposta positiva e chegar a um diagnóstico conclusivo e definitivo; registrou que isso foi uma demonstração de competência, de preparo técnico de toda a equipe desta Secretaria, principalmente dos técnicos do Lacen, o que foi reconhecido pelo Ministério da Saúde, porque em menos de duas semanas foi detectado o problema, isolado e foram tomadas todas as medidas sanitárias necessárias para que o surto fosse debelado; e esclareceu que isso é raro, que, se fosse em outro estado menos preparado, talvez esse surto estivesse ainda em andamento, causando mais vítimas. Encerrando, reafirmou que em duas semanas a Secretaria de Estado da Saúde tomou todas as medidas técnicas, epidemiológicas, sanitárias, laboratoriais e médicas para controlar e resolver esse surto bastante grave. Em seguida, a **Deputada Odete de Jesus** referiu-se ao gráfico que recebeu com o número exato de cada município, os suspeitos, os confirmados e os percentuais, ficando demonstrado ter sido um trabalho bem elaborado pela Secretaria de Estado da Saúde, com o que o **Sr. Antônio Miranda** concordou, registrando que numa situação dessa tem que se investigar todas as hipóteses possíveis, sem se ater a apenas uma, e, obviamente, iniciando pelas mais prevalentes, sem esquecer patologias emergentes, como o caso da Doença de Chagas no Estado; e relatou que a saúde pública sempre tem que ficar atenta a outras patologias, como Dengue, Malária, Esquistossomose, Doença de Chagas, doenças pouco comuns aqui, ou que até não existiam, como o caso em questão. Exemplificou com o caso da Aids na década de 80, que, para se descobrir o diagnóstico, com o CDC em Atlanta, levou-se quatro anos para chegar ao agente etiológico de uma doença que matava milhares de pessoas no mundo inteiro, mesmo com toda a tecnologia do mundo, comentando que são casos diferentes, mas que isso demonstra o quanto é difícil se chegar ao diagnóstico de uma doença nova, emergente, que subitamente aparece de forma grave, matando pessoas. Após, **Deputada Odete de Jesus** destacou que este momento é importantíssimo para a população catarinense porque está tratando de saúde, e uma vida não tem preço; e frisou que esse foi o motivo de ter convocado a audiência, para que todos telespectadores pudessem acompanhar, mas que estranhava a falta da TV AL, para poder levar aos lares o esclarecimento, porque as pessoas que não estão presentes acompanham pela televisão e tomam conhecimento correto, voltando a consumir o produto com tranquilidade. Com relação à ausência da TV AL, divulgou que sente falta de estrutura na Casa Legislativa, de mais câmeras; que sabe que a Comissão de Constituição e Justiça é importantíssima, mas frisou que a Comissão de Saúde também é extremamente importante, porque trata de vida. Finalizando, enfatizou que o Secretário Dado Cherem não pôde se fazer presente, mas enviou a Secretária Adjunta, e que nesta audiência há pessoas habilitadas, especialistas no assunto, que se fazem presentes com o objetivo de prestar esclarecimentos, questionando o Sr. Presidente se concordava com o que explicou. Em resposta, o **Sr. Presidente da Comissão** avaliou que a saúde é dos assuntos mais importantes, principalmente devido ao que está acontecendo no Estado; e ponderou que houve uma supervalorização de um surto, já que o problema somente atingiu algumas pessoas, solicitando ao Sr. Luiz Antônio Silva que se manifestasse para dizer, em números, o que significa surto, epidemia, endemia e pandemia, já que esse é um dado importante para a avaliação desse fato de saúde, tanto que foi noticiado nacionalmente. Ainda advertiu que, como esse fato foi referido como uma epidemia, significa que todo o Estado estava com o *Trypanosoma Cruzi*, o que não é verdade, sendo necessário reverter na mídia essa informação, já que além de ter implicações na saúde, que é responsabilidade desta Comissão, também envolve implicações econômicas para o Estado. Por sua vez, a **Deputada Odete de Jesus** salientou que também há implicações quanto ao turismo. O **Sr. Presidente da Comissão** retomou a palavra dizendo que estava-se referindo à necessidade de descobrir a quem realmente interessa fazer uma mídia tão forte em cima de um

simples surto de *Trypanosoma Cruzi*, já que foram 136 casos suspeitos, mas apenas 30 casos confirmados. A respeito da solicitação feita pelo Sr. Presidente, o Sr. Antônio Miranda discorreu que, muitas vezes, uma grande epidemia começa com um surto, ao que o Sr. Presidente da Comissão enfatizou que a competência da Secretaria da Saúde é notória, tanto é verdade que o assunto está praticamente encerrado. O Sr. Antônio Miranda voltou a utilizar a palavra comentando que realmente se espera que o assunto esteja encerrado; que no dia 18 de março, quando foi diagnosticada a Doença de Chagas, no mesmo dia foi providenciado o tratamento devido em hospitais públicos, em UTIs, para as 25 pessoas que estavam sintomáticas - eram 30 pessoas, mas, infelizmente, cinco vieram a óbito -, e hoje elas estão muito bem, porque o tratamento foi iniciado e providenciado no momento correto. Ainda esclareceu, a fim de tranquilizar a população catarinense, que uma vez que o surto foi descoberto em curto tempo, que as medidas foram tomadas rapidamente e que os medicamentos foram logo administrados, conseguiu-se evitar mais mortes; lembrou que houve cinco mortes quando nos primeiros dias da doença ainda não se sabia o diagnóstico; observou que em 12 dias, quando foi descoberta e diagnosticada a Doença de Chagas, todos os pacientes foram e estão sendo tratados e serão acompanhados por bastante tempo; e informou que a maioria dos doentes já está em suas casas, pois tiveram a oportunidade do diagnóstico e tratamento correto. Encerrando, afirmou acreditar que daqui para a frente esse problema está controlado, embora tenham de se aumentar as medidas de vigilância epidemiológica e sanitária na questão dos alimentos; frisou que não pode haver relaxamento, já que a doença existe aqui e pode reaparecer em outros momentos, em outros locais, como outros surtos - é mais uma doença que se deve acompanhar, como se observa Leptospirose, Hantavirose, Malária, Dengue, Aids; esclareceu que essa é mais uma patologia com a qual agora deve-se ter cuidado; e reiterou que o importante foi a resposta que a Secretaria de Estado da Saúde deu à sociedade em muito pouco tempo. A Deputada Odete de Jesus complementou falando que isso foi feito com muita eficiência, e inquiriu se as pessoas que consumiram caldo de cana ainda terão condições de fazer os exames e se os kits para exame já chegaram, obtendo como resposta do Sr. Antônio Miranda que todas as pessoas que tomaram caldo de cana na região determinada pela Secretaria como região de risco deverão fazer o exame sorológico, porque algumas podem ter contraído o parasita sob a forma assintomática e não terem nenhum tipo de manifestação, desenvolvendo, dessa forma, uma doença crônica em 20 ou 30 anos; ratificou que essas pessoas, se diagnosticadas, deverão ser tratadas e acompanhadas pelo Sistema de Saúde; e explicou que quanto à logística da realização dos exames o Dr. Gilberto Alves poderá esclarecer melhor. Na sequência, o Sr. Gilberto Alves, Gerente Técnico do Lacen, após cumprir todos, ponderou que os relatos feitos nesta audiência já explicaram muito bem a situação que se passou em Santa Catarina com o surto de Chagas. Explanou que o Lacen recebeu a primeira amostra no dia 7 de março, sendo que naquele momento feitas pesquisas para Leptospirose, Hantavirose, que foram encaminhadas ao Instituto Adolfo Lutz, e que em função da não definição de um quadro partiu-se para outras pesquisas, como Toxoplasmose, Dengue, até que se chegou à pesquisa da Malária e, em 18 de março, se chegou ao *Trypanosoma Cruzi*; e contou que tão logo se chegou ao diagnóstico definitivo, passou-se para a logística, o atendimento das pessoas sintomáticas, pois era preciso fazer os testes, e, das assintomáticas, que também precisavam de atendimento, porque houve uma demanda das pessoas que haviam consumido caldo de cana. Ainda, citou que imediatamente foi acionado, através da Secretaria de Estado da Saúde e da Diretoria de Vigilância Epidemiológica, o Ministério, que colocou à disposição já no dia 25, através de compra emergencial (pediu-se numa sexta-feira e foi agilizado), já tendo sido recebidos do Ministério aproximadamente 10.000 testes para exame de Elisa. Expôs que foram feitos no Lacen, nos dias 25 e 26 deste mês, aproximadamente 1.600 testes; e que num primeiro momento distribuíram para os laboratórios municipais das cidades com maior demanda para que iniciassem rapidamente os testes, como os de Itajaí, Joinville e Balneário Camboriú, o Centro Hemoterápico de Blumenau, o Hemosc de Florianópolis. Dando continuidade, anunciou que o Ministério já tem à disposição para mandar outra quantidade, que pode chegar a 40.000 testes, dependendo da demanda; que estão sendo feitos levantamentos nos municípios para verificar o número de kits que serão necessários; e que o Ministério já tem a essa compra assegurada, que há garantias de que não faltará testes para o diagnóstico. Destacou que foram realizados, com a ajuda do Lacen e do Hemosc, na sexta e no sábado últimos, em torno de 1.600 testes, todos com resultados negativos, a não ser os que já tinham o diagnóstico; observou que as pesquisas continuam e que os casos sintomáticos enviados através da Diretoria de Vigilância Epidemiológica continuam sob pesquisa; e alertou que é necessário ter certeza de não haver mais casos no Estado e que acredita que o caso tenha-se estabilizado, porque está sendo mantido um plantão em sobreaviso,

trabalhando desde o dia 7 de março, sem interrupção dos trabalhos, porque havia necessidade, principalmente a partir do dia 18, para cada caso surgido, de confirmar ou não, e, se confirmado, iniciar o tratamento, a fim de que as pessoas melhorem e fiquem livres do risco de óbito, o que foi positivo. Ao término, argumentou que em nível laboratorial conseguiu-se fazer o atendimento à população, e que isso será feito daqui para a frente a todas as pessoas que procurarem os serviços, mas de uma forma descentralizada e mais próxima das pessoas que precisam; e comunicou que isso será feito em Itajaí, Joinville, Blumenau, nos hemocentros, porque a hemorrede foi colocada à disposição para um atendimento mais rápido, a fim de suprir rapidamente a demanda criada em função dessa situação. Ato contínuo, a Deputada Odete de Jesus perguntou se as pessoas que não consumiram caldo de cana também entrarão nessa lista de pessoas que poderão fazer esses exames, ao que o Sr. Luiz Antônio Silva explicitou que no início foi feita uma definição de caso, como tecnicamente se conceitua, que são pessoas com determinados sintomas, com características clínicas compatíveis, conjuntamente com o local de exposição e o período. Através do *data-show*, mostrou uma lista relativa ao local de infecção, com os seguintes dados: no dia 20 de março, queriam-se registrar os primeiros casos confirmados, 68% referiam-se, com toda precisão, haver ingerido caldo de cana naquele local de Navegantes, sendo este um fato importante, já que restringe a área afetada; 15%, Joinville; 5%, Itajaí; 5%, Itapema, 5%; e outros municípios, como Araquari. Discorreu que as medidas, naquela ocasião, deram-se em função da definição de caso dessa área, mas que tendo em vista os casos confirmados, por estarem num raio de distância bastante considerável, foi delimitada uma região como critério cautelar, de prevenção, para que não se pudesse cometer erros ao se estar limitando uma área pequena e começarem a aparecer casos em outras regiões. Ainda através do *data-show*, demonstrou, em outra planilha, que no dia 28 de março 94% dos contaminados afirmaram ter ingerido caldo de cana naquele local em Navegantes, havendo apenas dois casos que estão sendo reinvestigados para que se tenha certeza, o que é uma evidência clara de que o local de infecção é restrito, e que, se até amanhã os outros dois casos forem esclarecidos, poder-se-á trabalhar com uma redução bastante importante em relação à área. Quanto à triagem, tanto dos sintomáticos como dos não-sintomáticos, divulgou que ainda continua a mesma situação. Explanou também que todas as pessoas que manifestaram os sintomas característicos, descritos pelo Sr. Antônio, que estiveram naqueles municípios e que ingeriram caldo de cana naquele período tiveram prioridade no atendimento, porque a manifestação dos sintomas caracterizava a fase aguda da doença, que é muito importante diagnosticar e tratar imediatamente; relatou que todas as pessoas que não têm sintomas, mas que estiveram naqueles municípios e ingeriram caldo de cana, também farão uma triagem sorológica para verificar se contraíram o *Trypanosoma Cruzi*, enfatizando que a probabilidade é muito pequena; e salientou que todo o caso em que essa triagem sorológica acusar um reagente ou uma situação de indefinição levará ao seqüenciamento de todos os outros exames como se fosse um caso suspeito. Por conseguinte, o Presidente da Comissão complementou que não só o *Trypanosoma Cruzi* dá sorologia positiva, e inquiriu quais as outras doenças que podem dar positivas, tendo como resposta do Sr. Luiz Antônio Silva que ele tem um teste de sensibilidade extremamente importante do ponto de vista negativo. Discorreu que há critérios, que foi bastante discutido um protocolo, exemplificando que se uma pessoa teve resultado negativo mas ingeriu esse caldo de cana há mais de 30 dias, é extremamente importante do ponto de vista do vínculo; que se ingeriu há mais de 30 dias, está liberada, não terá problema nenhum; que se no período de ingestão a pessoa teve resultado negativo no exame Elisa, mas ingeriu antes de 30 dias, ela está sendo orientada a voltar em 30 dias para refazer os exames, a fim de que se tenha plena segurança de que não foi infectada pelo *Trypanosoma Cruzi*; e que, se der reagente, pode ser uma reagentia por outra situação, por outro agente, o que é comum, mas, independentemente disso, fará todo o seqüenciamento de Imunofluorescência, de lâminas, Gota Espessa, de Westen Blot(?), de creme leucocitário, enfim, tudo que atualmente a tecnologia coloca à disposição, para que a pessoa seja descartada definitivamente ou seja confirmada a infecção pelo *Trypanosoma Cruzi* na fase aguda. Expôs que é um rigor do protocolo e que o esperado é que os serviços de saúde, na triagem, na coleta e na orientação ao cidadão, com todo o direito que ele tem de ser informado, sejam criteriosos nesse sentido. Ainda alertou que uma das coisas que talvez se encontre, isso até do ponto de vista de algumas medidas de intervenção do poder público, diz respeito à identificação dessas pessoas, ao acompanhamento que requerem posterior a isso, principalmente da situação cardiocirculatória, o que é extremamente importante. O Sr. Antônio destacou que a probabilidade de se encontrar nesses pacientes Doença de Chagas Aguda é muito pequena, mas que há uma probabilidade maior de se encontrar a chamada Doença de Chagas na sua fase crônica. Logo após, o Sr. Presidente da Comissão solicitou que fosse explicado, em números o que é surto, epidemia,

endemia, ao que o **Sr. Luís Antônio Silva** registrou que a Doença de Chagas é endêmica principalmente na região Centro-Oeste e Norte do País pelas características. Explanou que endêmico é um conceito que determina, naquele perfil de morbidade em uma região, a presença daquela doença na forma de casos, exemplificando que hoje, em Santa Catarina, endemicamente há Leptospirose, Hantavirose. Ainda lembrou que neste Estado não havia Chagas, mas que agora é preciso repensar essa questão e implantar um sistema muito eficiente de monitoramento, para que não haja em Santa Catarina a possibilidade de ocorrer a transmissão vetorial, através da picada. Continuando, relatou que doenças endêmicas são as que recaem sobre uma determinada população e causam transtorno na saúde humana e na qualidade de vida do indivíduo; e que surto é mais limitado a uma área especificamente geográfica e se caracteriza por um número de casos acima dos habituais, mas que não tem como característica um processo de expansão para uma área geográfica muito grande e com quantidade de casos registrados extremamente importantes, que é o conceito de epidemia. Perguntou se "estamos em surto ou em epidemia", respondendo que há um surto da Doença de Chagas Aguda, pois é um número de casos extremamente limitado, numa área geográfica devidamente conhecida, sem a possibilidade de que se manifeste outro caso. Então, o **Sr. Presidente da Comissão** ressaltou a importância de a imprensa registrar que em Santa Catarina não existe epidemia, porque isso irá tranquilizar a população; que agora é preciso dizer - com a mesma força que a imprensa declarou a epidemia em torno da doença - que não há epidemia de Doença de Chagas no Estado, lembrando que a Deputada Odete já havia comentado a ausência da imprensa para registrar esse fato importante neste Estado. O **Sr. Luís Antônio Silva** complementou registrando que, em função de todo o transcorrido, especificamente se pode identificar a data do dia 4 de março como o início, quando as pessoas foram internadas em Balneário Camboriú e, no dia 5, no Hospital de Caridade, e que, a partir daí, foi feito todo o processo investigativo, no seu aspecto epidemiológico, clínico, de suporte laboratorial, de diagnóstico, enfim, tudo que poderia ter sido feito. Ressaltou que essa é uma situação rara, inédita, e que no transcorrer desses dias todas as medidas foram implementadas para que houvesse certeza quanto à área de abrangência; que jamais se pensou em cometer a insensatez de limitar a situação, naquele momento, já que poderia haver uma ocorrência extremamente incontrolável dessa situação atípica, que ninguém conhecia; e que todo o processo transcorreu no mais rigoroso critério metodológico e científico e de respostas dadas pela ciência. Referiu-se ao testemunho do Sr. Antônio Miranda, já que quanto ao ponto de vista clínico e epidemiológico essa situação que aconteceu em Santa Catarina muda algumas verdades em relação à transmissão de Chagas e outras situações também no Brasil, o que é extremamente importante. Explicitou que, naquele momento, conhecendo a situação, apurando todo o processo investigativo, não havia condição de afirmar o que se está sendo afirmando hoje: a Secretaria de Estado da Saúde certifica, com toda a certeza, que a área é restrita e que o ponto de foco de contaminação é exatamente aquele local em Navegantes, com uma característica já relatada em função de outros casos que tiveram a mesma característica, ou seja, se expuseram da mesma forma, quanto à manifestação da doença. A **Deputada Odete de Jesus** retomou a palavra argumentando que a série de questionamentos feitos é para que não parem dúvidas, já que a população deveria saber claramente da situação e não ficar apavorada, o que era o objetivo da audiência pública, a fim de que, também, os vendedores de caldo de cana não sejam prejudicados, porque sobrevivem do ganho da venda do caldo de cana. Parabenizou a Secretaria de Estado da Saúde por já ter localizado o município de maior índice confirmado de pessoas com Doença de Chagas - 93% em Navegantes -, discorrendo que, por esse quadro, pode-se ver, precisamente, a dedicação das pessoas que trabalham na referida Secretaria. Por fim, solicitou que fizessem parte do debate os vendedores de caldo de cana, para que pudessem falar e serem esclarecidos, objetivando a volta da comercialização do caldo de cana. Na sequência, o Sr. Presidente deixou livre a palavra, pronunciando-se o **Sr. Amilton Pereira, representante dos Amigos do Caldo de Cana da Grande Florianópolis**, que referiu à colocação do Sr. Presidente de não haver ninguém da imprensa presente à audiência para divulgar essas informações, ao que a **Deputada Odete de Jesus** anunciou que no dia seguinte levaria esse assunto ao Plenário. Em continuidade, o **Sr. Amilton Pereira** disse que, infelizmente, o jornal Diário Catarinense só bate em cima dos garapeiros, com reportagens às 7h30min., ao meio-dia e no Jornal Nacional; que o País inteiro está preocupado com o caldo de cana, porque as reportagens só atingem os comerciantes desse segmento; e que a Secretaria não chamou nenhum garapeiro para conhecer a experiência que eles têm, que divulgavam que era o caldo de cana. Após, referiu-se ao que o Sr. Luís Antônio Silva descobriu do foco em Itapema, em Navegantes, enfim, naquela área, e inquiriu a respeito de quando vai ser liberado esse comércio e do que a Secretaria da Saúde vai fazer para levantar o moral dos garapeiros, para informar à população que o caldo de cana não está matando,

porque estão indo às ruas e sendo olhados como bandidos, como se estivessem matando todo mundo, exemplificando que os próprios clientes olham como se fossem criminosos. Finalizando, garantiu que a Secretaria da Saúde poderá exigir o que quiser, porque todos querem trabalhar dentro das normas desta Pasta. A seguir, o **Sr. Presidente da Comissão** agradeceu pela presença aos estudantes do Curso de Administração de Joinville, ao professor responsável Ademir da Cunha, e ao Secretário da Saúde do Município de Içara, Sr. Eros Alfredo Jahn; e continuou a deixar livre a palavra a todos. Ato contínuo, fez uso da palavra o **Sr. Luciano de Bona Medeiros, proprietário do caldo de cana no trapiche da Beira-Mar Norte**, que comentou trabalhar legalmente, com alvará sanitário, há muitos anos naquele local, e que nesse tempo se faz um trabalho exaustivo de divulgação com o caldo de cana, acostumando as pessoas a tomar, divulgando as propriedades, dizendo porque é bom, tanto que as pessoas já estão acostumadas a saírem com dinheiro para comprar caldo de cana. Comentou que têm mostrado consciência, tanto que são conhecidos pela limpeza, assim como o comerciante do Cestão do Povo. Também referiu-se à classe, que tem uma união forte, está sempre trocando idéias, e que por isso gostariam de saber o que a Secretaria da Saúde vai fazer para reparar esse dano, porque os comerciantes têm investido há muito tempo nesse ramo. Complementou sua manifestação informando que um local de venda de caldo de cana custa muito caro - a máquina usada custa R\$12.000,00, e tem que duas ou três, para o caso de alguma quebrar; além dos veículos e das câmaras frias - e questionando o que fará a Secretaria para reparar o dano que os comerciantes tiveram. Logo após, o **Sr. Presidente da Comissão** observou que isso pode se transformar num fato positivo para os que trabalham com cana-de-açúcar, principalmente a garapa, porque agora ela pode ser tratada como suco, como alguma coisa boa, desde que haja a reversão na mídia, pois ela praticamente acabou com o caldo de cana no Brasil, não somente aqui. Retomando seu depoimento, o **Sr. Luciano de Bona Medeiros** destacou que, mediante essas divulgações, os comerciantes foram à Prefeitura e conseguiram autorização para trabalhar com suco natural, mas salientou que não é com isso que trabalham e que enfrentam, como já foi dito, o olhar negativo das pessoas, que passavam cochichando, olhando como se fossem bandidos, assassinos, além de que os comerciantes não têm investimentos para vender aqueles sucos, porque a venda de caldo de cana é desigual, não conseguindo sobreviver vendendo suco natural. Então, o **Sr. Presidente da Comissão** sugeriu que os comerciantes deveriam aproveitar para valorizar o caldo de cana como alimento nutritivo, como suco, porque a liberação do caldo de cana irá acontecer nos próximos dias. Também, questionou a quem interessaria a divulgação desse fato, se às fábricas de refrigerantes ou a outros, porque todos estavam ali para falar a verdade e a parte econômica, da mesma forma, deve ser investigada, ressaltando que, primeiramente, coube a parte da saúde, mas que a segunda etapa, a econômica, também teria que ser discutida e colocada nos seus devidos lugares. O **Sr. Luciano de Bona Medeiros** retomou a palavra parabenizando a Vigilância Sanitária do Município de Florianópolis, porque para se ter um alvará sanitário para caldo de cana em Florianópolis - disse ser filiado à Fundação Franklin Cascaes, ter uma barraca lá e ser o único caldo de cana em Florianópolis que tem alvará sanitário para vendedor ambulante, de barraquinha - há um trabalho enorme, verificam a máquina, onde vai ser armazenado, onde se armazena a cana em casa. Declarou que a estrutura da Vigilância é muito boa, mas que se peca por não ter fiscalização mais rigorosa para os que não estão legalizados, que é onde está o perigo, porque leva à comparação de preços com estes últimos, pois a Vigilância exige que o trabalho dos legalizados seja feito com gelo multifiltrado, que a máquina seja adequada - trabalha-se com máquina de R\$10.000,00, mas o sem legalização pode usar outra de R\$400,00 -, e estes que trabalham certo também estão sendo penalizados. Após, a **Deputada Odete de Jesus**, dirigindo-se ao Sr. Luciano de Bona Medeiros, comentou que a sugestão era excelente, porque o legalizado investiu no seu equipamento para ter as condições adequadas, não podendo ser penalizado pelos outros, e que a imprensa deveria divulgar essa informação. Retomando o assunto da imprensa, enfatizou sentir muito a ausência da imprensa, que deve estar em greve, porque é uma audiência pública de suma importância. Ainda se dirigindo ao Sr. Luciano de Bona Medeiros, divulgou que tudo que o Sr. Luciano havia dito estava sendo registrado pela Taquigrafia das Comissões, e que se vai procurar reparar esses danos que os garapeiros estão sofrendo. Na sequência, o **Sr. Luís Antônio Silva** complementou o assunto citando que as medidas de saúde pública, principalmente nessas questões de surtos e epidemias, são imediatas, porque é preciso quebrar imediatamente a cadeia de transmissão, já que as pessoas estão adoecendo, estão morrendo, e que o problema não é a cana, não é o caldo de cana. Perguntou, principalmente a quem tem filhos, se não tem o hábito de incentivar o consumo do caldo de cana mais do que as cocas, pepsis e outras coisas, ponderando não ser uma questão nacionalista, apesar de o produto ser nacional, porque o catarinense tem por hábito tomar caldo de cana. Falou não ter dúvida de que com a norma, do

ponto de vista da adequação, de como esses comércios podem se estruturar para atender, a Secretaria também será parceira para uma divulgação da importância nutricional do consumo do caldo de cana, porque este caldo não é o vilão da história, já que a vilã da história foi uma situação pontual de um armazenamento, inclusive independente de vontade do proprietário, que ocasionou essa contaminação nesse momento. Encerrando a manifestação, expôs que a Secretaria já havia discutido internamente que, além da regulamentação e da orientação aos produtores dos estabelecimentos, também vai se propor a fazer material divulgativo e informativo das propriedades e da importância que não só a cana-de-açúcar, mas o caldo propriamente dito, tem para a saúde humana. A seguir, o **Sr. Presidente da Comissão** salientou que essas são notícias importantes e, em seguida, passou a palavra ao **Sr. Valmir Bittencourt, representando o Secretário Municipal de Saúde de Florianópolis, Dr. Walter da Luz**, que contou ser advogado, funcionário da Secretaria de Estado da Saúde, da Vigilância Sanitária, que há 10 anos está cedido ao Município de Florianópolis e que é especialista em Direito Sanitário, cumprimentando os presentes, especialmente, a Deputada Odete de Jesus pela convocação da Comissão de Saúde para e discussão desse fato importante, já que, pelo que se tem conhecimento, nos últimos 100 anos não aconteceu no mundo o que ocorreu em Santa Catarina. Ressaltou que essa situação comprova, o que defende há mais de 10 anos como especialista na área de Direito Sanitário, que o meio ambiente, a Vigilância Sanitária e a Vigilância Epidemiológica não podem estar dissociados. Pediu à Deputada Odete de Jesus, defensora da área da saúde, que olhasse com carinho as propostas que acredita serão encaminhadas pela Secretaria da Saúde para que a Assembléia as avalie, destacando que Santa Catarina, assim como Florianópolis, mais uma vez dará ao País uma demonstração da sua força, da sua capacidade e da capacidade dos seus técnicos, que em 14 dias fizeram um trabalho de pesquisa brilhante, identificando aquilo que poderia levar meses ou anos, talvez deixando muitas vítimas. Fez uma ressalva quanto à discussão dos aspectos sanitário e econômico, dizendo que, do ponto de vista sanitário, foram adotadas todas as medidas que deveriam ser utilizadas, e que, do ponto de vista econômico, só pode haver essa discussão após a identificação da forma como isso foi transmitido, porque não há certeza de que isso não possa se repetir, pedindo, ainda, que os especialistas presentes à mesa o contrapassem. Prosseguindo, citou ser de fundamental importância a questão econômica, porém, referiu-se de forma elogiosa aos companheiros de Florianópolis pela forma como o Município, por orientação do Dr. Walter da Luz, Secretário do Prefeito Dário Berguer, tem-se comportado nesse episódio, quando houve recomendação do Estado de que fosse suspensa a comercialização do caldo de cana em toda Santa Catarina, não só em Florianópolis, porque não se sabia de onde estava sendo transportada essa cana e se ela poderia estar contaminando aqui ou em qualquer outro ponto do Estado. Registrou que a preocupação maior do País é identificar quem transmite e de que forma é transmitida a doença, para que se possa fazer o cerco e fechar essa questão; que em Florianópolis, assim que a Secretaria da Saúde do Estado, junto com o Município, entender que pode ser liberado, com certeza será feita a liberação do caldo de cana, mas que a preocupação é a identificação da forma de contaminação, se ela pode ou não continuar ocorrendo. Encerrando, previu que será necessário rediscutir a questão, com a participação da Assembléia. Logo após, o **Sr. Presidente da Comissão** registrou a presença da Sra. Maria de Lourdes dos Santos, Secretária Municipal de Tijucas, e do Sr. Herbert Hentschel, representando do Sr. Secretário de Estado da Agricultura, Sr. Moacir Sopelsa, e concedeu, novamente, a palavra à **Deputada Odete de Jesus**, que se referiu à importância do que o Dr. Valmir salientou sobre as investigações, e comunicou que a Secretaria de Estado da Saúde já está tomando as devidas providências. A seguir, o **Sr. Valdir Fernandes** manifestou-se anunciando que vem acompanhando o desenrolar desses acontecimentos, que considerou uma catástrofe, e que teve sítio, caldo de cana, e sempre se serviu na moenda, usando caldo de cana e parte de abacaxi. Perguntou se a transmissão do vírus do Barbeiro não pode vir do Nordeste através de um abacaxi, que é tão servido aqui cortado em fatias e posto na moenda sem lavar; se não é mais fácil o Barbeiro depositar os excrementos no abacaxi do que na cana; e questionou por que citam tanto a cana-de-açúcar e não do abacaxi que, segundo afirmou, é o maior transmissor desse vírus. Em continuidade, o **Sr. Antônio Miranda** respondeu que qualquer alimento pode ser um veículo de transmissão do protozoário, do *Trypanosoma Cruzi*, mas que, infelizmente, nesse caso específico, os 30 pacientes que adoeceram ingeriram caldo de cana, sendo o agente causador, que estava contaminado com o Barbeiro, foi o caldo de cana. Relatou que já houve casos em outros Estados que foi pelo açaí, que na Paraíba também foi pelo caldo de cana, ou que pode ser outro alimento, mas que nesse caso foi uma fatalidade, uma infelicidade, porque aquele lote de cana-de-açúcar, naquela moenda, naquele local, estava contaminado - não dá para fugir dessa realidade. Então, o **Sr. Valdir Fernandes** perguntou se não havia, no lote de bagaço de cana, alguns pedaços de abacaxi, obtendo como

resposta do **Sr. Antônio Miranda** que isso não havia sido constatado. Na seqüência, o **Sr. Ademir José Rover**, dirigindo-se aos representantes da Secretaria, perguntou onde estão os 50.000 kits de exame, informados pela mídia, esclarecendo que existem pessoas com dificuldades financeiras que estão cobrindo os gastos para fazerem exames. Por sua vez, a **Sra. Carmen Zanotto**, Secretária Adjunta de Estado da Saúde, declarou que 10.000 exames já estão em Santa Catarina e que a previsão é que venham para o Estado 50.000 exames. Frisou que todo sangue coletado que chegou ao Laboratório Central ou aos laboratórios regionais já está em exame, está sendo processado. Ainda, esclareceu que esses exames estarão disponíveis no serviço público; alertou que as pessoas precisam procurar um posto de saúde e, em especial, relatar na ficha epidemiológica o que aconteceu, porque são dados importantes para a continuidade do trabalho; comentou que atualmente há em Santa Catarina kits de exames suficientes para os pacientes que estão procurando os postos de saúde no Estado; e contou que o trabalho está sendo realizado especialmente com a região Nordeste, complementando que isso não impede que pessoas de outras regiões tenham consumido caldo de cana neste período, de 1º de fevereiro a 20 de março, devendo procurar a rede básica de saúde do seu município. Por fim, observou que o Sr. Luís Antônio pode colocar todo o fluxo epidemiológico dentro do município e o Lacen pode assegurar que há esses exames, não sendo necessário procurar a rede privada. Dando continuidade à audiência, o **Sr. Presidente da Comissão** registrou a presença de Telesmagno Neves Telles, representando a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e a Sra. Leila Lacerda, sanitária da Anvisa; e concedeu a palavra ao **Sr. Samir José Ferreira, representando a Diretoria de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde**, que informou que a Dra. Raquel Ribeiro Bittencourt se deslocou, hoje, à Agência Nacional para tratar, dentre outros assuntos, do possível surto da Doença de Chagas. Disse que a Diretoria de Vigilância Sanitária, assim que tomou conhecimento dos primeiros casos de suspeita de Doença de Chagas, já desencadeou ações no sentido de identificar as causas que levaram a essa contaminação, sendo que foram formadas várias equipes que percorreram as margens da BR-101, principalmente nos municípios de Penha, Navegantes e Itajaí, onde foram interditados os estabelecimentos e coletados produtos, como caldo de cana, água e gelo, utilizados no preparo dessa substância. Comunicou que a Vigilância Sanitária tomou todas essas medidas com o intuito de prevenir o surgimento de novos casos. Discorreu que num segundo momento, como a situação ganhou outra dimensão, foi tomada uma medida em conjunto com a Vigilância Epidemiológica para interditar cautelarmente todos os pontos de fornecimento de caldo de cana neste Estado; que nessas visitas foram identificados entre 600 a 700 estabelecimentos e que todos foram interditados, bem como foi apreendida pouco mais de uma tonelada de cana, matéria-prima utilizada para fabricação do caldo. Finalizando, colocou-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. Em seguida, o **Sr. Presidente da Comissão** manifestou-se afirmando que a Vigilância Sanitária, bem como a Secretaria da Saúde, fez um trabalho maravilhoso em Santa Catarina, mas que foi apenas um surto, que não há porque se alarmar; falou que espera que a imprensa diga aos catarinenses e ao povo brasileiro que não existe uma epidemia no Estado de Santa Catarina e sim um surto de Doença de Chagas; e concedeu a palavra ao **Sr. Telesmagno Neves Telles, representando a Agência Nacional de Vigilância Sanitária**, que explicou ser membro da Coordenação Estadual da Anvisa em Santa Catarina, que no Estado é responsável, na área epidemiológica, pelo controle e pela execução das normas de política epidemiológica formuladas no Ministério da Saúde nas áreas de portos, aeroportos e fronteiras em Santa Catarina, complementando que há oito postos no Estado - três portos, quatro aeroportos e mais a fronteira de Dionísio Cerqueira. Explicou que, nesse momento que surge o risco de um agravo em saúde pública, no caso específico no curso de Chagas, o papel da Agência, como coordenadora do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, que abrange todas as Diretorias de Vigilância Sanitárias dos estados e municípios, se o surto iniciou em Santa Catarina, é acompanhar as ações sanitárias aqui tomadas, para regular essa situação, para verificar se essas ações estão a contento, a fim de amenizar esse agravo na saúde no Estado de Santa Catarina. Explanou que ao mesmo tempo, como a Agência tem abrangência nacional, procura ver que riscos existem de o problema estar acontecendo também nos demais estados da União; e que, em função do seu papel, a Agência está conduzindo quatro grandes ações: uma, na questão da transfusão de sangue, a qual a Gerência-Geral de Sangue está analisando o problema da relevância da transmissão sanguínea nesse agravo de saúde pública; outra, é essa advertência que está dando aos diversos municípios e estados da União, para as autoridades sanitárias em todo o Brasil, sobre as medidas preventivas, usando até como ponto de partida o que vem sendo feito em Santa Catarina, se está sendo pertinente ou não, levando essa experiência aos demais municípios; também, é normatizar, juntamente com a Secretaria de Vigilância em Saúde, se é realmente um novo agravo de repercussão nacional, assim como foi a

SARS, no ano retrasado. Frisou que a Agência precisa normatizar, regular, para que nos Estados, tanto as Vigilâncias Sanitárias como as partes da Anvisa (em portos, aeroportos e fronteiras) possam ser executadas ações pertinentes de controle sanitário. E, como última ação da Agência, em conjunto com a Caixa Econômica Federal e o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae), é estar dando suporte técnico-financeiro às adequações necessárias de garantia à produção e comercialização da cana em condições higiênic-sanitárias satisfatórias. Concluindo, citou que basicamente esse é o envolvimento da Agência; que houve prejuízos em função do último feriado, porque se acumularam prioridades na área de importação de produtos sob regime de vigilância sanitária; e que a Agência está tomando essas grandes ações, de forma ainda incipiente, mas esperando que, em parceria principalmente com a Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina, seja possível evoluir para uma boa normatização e, talvez, uma atenuação do agravo. Logo após, o **Sr. Presidente da Comissão** ressaltou que gostaria que a Agência Nacional desse o importante destaque de que foi apenas um surto em Santa Catarina e que já foram feitos 6.000 exames e não foi comprovada a existência do *Trypanosoma Cruzi* nesse número de exames, porque este Estado tem a sua economia baseada no turismo, a fim de que a imprensa dê especial notoriedade, assim como deu na notícia da epidemia de *Trypanosoma Cruzi*, o que não é verdade, pois é apenas um surto. Ato contínuo, o **Sr. Telesmagnó Neves Telles** alertou que é importante revelar isso, tanto que, como já havia dito, a Agência não pode chegar e considerar isso como um agravo em saúde pública e recorrer ao Ministério da Saúde para normatizar, pois primeiro é preciso entender se isso representa realmente um agravo ou um simples surto, local, temporal, conjuntural num momento específico que vai se auto-extinguir e não vai se proliferar, e que a Agência, para ir adiante com essas iniciativas de normatização, precisa chegar a essa conclusão. Levantou que neste momento o aspecto mais importante da ação da Anvisa é a verificação da cadeia de transmissão, para entender o porquê. Deixou claro que existem especulações de que o problema pode ter advindo do ingresso da cana-de-açúcar proveniente de Minas Gerais, por via terrestre, porque não passariam por qualquer tipo de controle da Agência nem da Coordenação da Anvisa no Estado, já que dificilmente o meio de transporte terrestre de alimentos passa por controle da Vigilância Sanitária; que outra especulação é que esse agravo tenha ocorrido em função de outros tipos de vetores que não o famoso mosquito Barbeiro. Assim, explicou que esses questionamentos estão em aberto; que, por isso mesmo, não se pode considerar a situação deste Estado como os conhecidos agravos de âmbito até internacional, como a SARS; e que é uma coisa simples, é um surto. Encerrando, advertiu que no momento que existe uma ameaça à saúde pública todo o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária tem que se preparar para enfrentar, por mais desprezível e irrelevante que seja essa ameaça; e que quando coloca a posição da Anvisa não está valorizando o evento, mas o posicionamento como promotores da saúde pública. Em seguida, o **Sr. Herbert Hentschel, representando o Secretário de Estado da Agricultura, Sr. Moacir Sopesla**, que não pôde estar presente por um problema de agenda, afirmou ter ouvido nesta audiência as preocupações de pessoas acerca do abacaxi e de outras frutas. Explicou que o inseto Barbeiro tem um aparelho bucal que não é especializado para perfurações em plantas tipo cana, visto ser um hematófago - seu aparelho bucal está preparado para sugar sangue -, ele vive de hemolinfa de animais, sejam aves, suínos ou o próprio homem; que outra característica dele é que vive normalmente em habitações, em construções, porém, até pode se encontrar dentro de um canal; e que os entomologistas sabem que esse inseto existe no Sul do Brasil, mas que ele nunca foi encontrado dessa forma virulenta contaminado com o *Trypanosoma Cruzi*. Dando continuidade, o **Sr. Presidente**, não havendo mais quem quisesse se manifestar, passou a palavra, para as considerações finais, à **Sra. Carmen Zanotto, Secretária Adjunta de Estado da Saúde**, representando o Secretário da Saúde de Santa Catarina, que registrou o importante trabalho das Secretarias Municipais de Saúde, tanto que muitas delas abriram durante o feriado facultativo de Páscoa para levar informações à população e tranquilizá-la, e o apoio dos outros órgãos de Governo, como a Secretaria de Estado da Agricultura, juntamente com a Epagri e a Cidasc, a Polícia Ambiental, que está com essa equipe de entomologistas na região de Navegantes, assim como estão presentes todos os órgãos e todas as entidades, a exemplo da Universidade Federal, através de seus especialistas, de dois profissionais estudiosos. Agradeceu, em nome do Secretário Dado, da Secretaria de Estado da Saúde, do Governo do Estado de Santa Catarina pelo apoio recebido por parte de todas as entidades, o que resultou numa situação, hoje, mais tranquila, graças a uma tomada de decisão importante, num primeiro momento, mesmo sabendo da questão econômica para tratar de um assunto que não havia condições de avaliar as dimensões que poderia tomar. Enfatizou que, por determinação do Secretário Dado Cherem, a Secretaria de Estado da Saúde fará os estudos da liberação dos estabelecimentos, desde que eles cumpram com as normas da

Vigilância Sanitária, já que terão de ser agregadas nessas normas até como se dará a estocagem da cana nos estabelecimentos que vão comercializar. Sobre este assunto, salientou que é um trabalho conjunto, tanto que a Dra. Raquel estaria em Brasília, numa reunião da Anvisa, e que um dos assuntos específicos seria a situação de Santa Catarina. Continuando, pediu a compreensão de todos os estabelecimentos e de todas as pessoas que vivem desse comércio, alertando para a questão de saúde e segurança da população, mas esclarecendo que continuará o consumo de caldo de cana, só que com segurança, porque todos irão trabalhar esse aspecto de segurança no consumo, já que os estabelecimentos precisam de muitos cuidados. Falou que a Vigilância Sanitária está organizando uma nova capacitação para os fiscais das Vigilâncias Sanitárias Municipais com relação ao rigor da lei; que a lei existente é clara e já determina como devem proceder os estabelecimentos que manipulam e comercializam alimentos; que é preciso agir com rigor na expedição do alvará sanitário em relação às condições de higiene desses locais, desde o recebimento da cana até o condicionamento do bagaço. Lembrou que é preciso continuar recebendo o apoio dos outros órgãos, especialmente dos produtores e das pessoas que trabalham com esse comércio, pois não se pode dizer que todos os estabelecimento estão sem condições, tanto que a reabertura vai depender muito das condições de cada estabelecimento. Expôs que todos têm clareza de que haverá muito rigor, conforme as normas da Vigilância Sanitária, e que esse trabalho será feito em conjunto com a Secretaria de Estado da Saúde e a Vigilância Sanitária do Estado, orientando as Vigilâncias Sanitárias Municipais, as Regionais de Saúde, porque serão elas que irão trabalhar em cada município. Encerrou agradecendo, em nome do Secretário Dado Cherem, de toda a equipe da Secretaria de Estado da Saúde e em nome do Governo do Estado de Santa Catarina, aos Srs. Deputados pela presença e deixando claro que poderiam haver outras pessoas presentes à mesa, como especialistas da Universidade Federal e da Secretaria de Agricultura, já que todos estão apoiando incondicionalmente a Secretaria de Estado da Saúde, a exemplo do próprio Ministério da Saúde, além da sua representação estadual, que hoje está em campo com os técnicos que estão em Navegantes e que irão estar presentes durante toda esta semana e, se precisar, ainda por mais outro período. Finalizando, o **Sr. Presidente da Comissão** registrou a presença da Sra. Josiane Balança Caldas, representando do Dr. Walter da Luz, Secretário Municipal de Saúde de Florianópolis; e ressaltou que foram feitos 6.000 exames e não foi constatada nenhuma presença do *Trypanosoma Cruzi*, e que foi um surto, que está controlado pela competente equipe do Governo do Estado de Santa Catarina, representado aqui pela Secretária Adjunta Carmen Zanotto, pelo Dr. Miranda e pelo Dr. Luis Antônio Silva. Nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente da Comissão de Saúde**, Deputado Antônio Aguiar, agradeceu a todos os presentes pela participação e encerrou a audiência pública.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR  
PRESIDENTE  
\*\*\* X X X \*\*\*

## ATA DA PROCURADORIA

**Anselmo Klein - Procurador Geral em Exercício**  
**Sandra Maria Raimundo Medeiros - Secretária ad hoc**  
**ATA DA 1532 SESSÃO ORDINÁRIA**

Aos treze dias do mês de abril do ano dois mil e cinco, às quatorze horas, sob a Presidência do Procurador Anselmo Klein, reuniu-se o Colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1532ª sessão ordinária. Presentes os Procuradores, Maria Margarida Bittencourt Ramos, José Carlos da Silveira, Luiz Alberto Seccon, Fábio Furlan, Paulo Henrique Rocha Faria Júnior e José Buzzi. Aprovada a ata da sessão anterior, foram apreciados e votados: 1) Em regime de vista: processo 361/05, de Cleide Maria Winckler, aprovado voto relator com complementação do voto de vista do Procurador José Buzzi. 2) Relatoria do Procurador Anselmo Klein - aprovados pareceres aos processos: 453/05, de Fábio de Oliveira; 475/05, de Janete Costa Godinho; 488/05, de Paulo Roberto Schulte da Silva; 468/05, de José Maurício Cordeiro. Foi retirado pelo Relator o processo 380/05, de Geni Rebelato dos Santos. 3) Relatoria da Procuradora Maria Margarida Bittencourt Ramos - aprovados pareceres aos processos: 1633/05, de Aristocleides Vieira Stadler e processo s/n CTO/GP nº 0103/05 - 31/03/05 - interessado Presidente da ALESC, "Análise da legalidade, Of. GABSDR/JOINVILLE nº 205/05, de 31 do corrente, do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Joinville, solicitando prorrogação de disposição da servidora Hedivirges Maria Campregher Francisco". 4) Relatoria do Procurador José Carlos da

Silveira - aprovado pelo indeferimento o processo 170/05, de Ivens Antonio Sherer. Aprovados pareceres aos processos: s/nº de Maria Inês Catalano e Providências Administrativas relativas aos Mandados de Segurança nºs 2004.013028-7, impetrante Cyro Barreto e 2004.015118-7, impetrante Dayana Luz. 5) Relatoria do Procurador Luiz Alberto Seccon - aprovados pareceres aos processos: 418/05, de Mabel Santos da Silva; 363/05, de Martim Afonso Palma de Haro e 365/05, de Magda de Araújo Narciso. 6) Relatoria do Procurador Fábio Furlan - aprovados pareceres aos processos: 487/05, de Euclides Bagatoli; 490/05, de Mário Eduardo Barzan e 2160/03, de Valdemar de Souza. Também foram aprovados os pareceres às Providências Administrativas relativas aos Mandados de Segurança nºs 2004.008147-2, impetrantes Edi Machado e outros e 2004.014090-8, impetrante Hilton Osni Pereira. 7) Relatoria do Procurador Paulo Henrique Rocha Faria Junior - aprovados pareceres aos processos: 446/05, de Teresinha Bloemer Pickler e, 447/05, de Luciane Fadel da Costa. Aprovado por maioria o processo 110/05, de Luiza Terezinha da Rosa Guterres, tendo votos contrários dos Procuradores José Carlos da Silveira e José Buzzi. Foi também aprovado parecer de Providências Administrativas referente à decisão da ADIn 2005.005316-1, requerente Partido Progressista PP, norma impugnada Lei Estadual nº 12.069/2001. 8) Relatoria do Procurador José Buzzi - aprovados pareceres aos processos: 459/05, de Eloisa Regina Casara; 491/05, de Vicente Cravo Di Pietro; 450/05, de Waldir Roesner e 251/05, de Levi da Silva Paulo. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, convocando outra ordinária para o próximo dia vinte de abril à mesma hora e local. Eu, Sandra Maria Raimundo Medeiros, Secretária *ad hoc*, lavei a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos Procuradores presentes. Sala das sessões, treze de abril de 2005.

\*\*\* X X X \*\*\*

## AVISO DE RESULTADO

### AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 109/2005, comunica que a licitação modalidade Pregão nº 005/2005, referente a aquisição de 12 (doze) gravadores de mesa TRANSCRIBER de fita cassete, restou fracassada. Florianópolis, 19 de abril de 2005.

MARILÉA MARCON CORRÊA  
PREGOEIRA

\*\*\* X X X \*\*\*

## EXTRATOS

### EXTRATO Nº 035/2005

REFERENTE: 3º Termo Aditivo ao CONTRATO CL Nº 025/2004-00, celebrado em 12/07/2004.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Primer Produções e Locação Ltda ME

OBJETO: Suspende, por mútuo acordo, as obrigações inerentes ao Contrato CL Nº 025/2004-00.

VIGÊNCIA: A partir de 18/04/2005 até 31/12/2005

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, b c.c art. 78, XIV da Lei nº 8.666/93, previsto no item 1 da Cláusula Sexta do Contrato original e autorização administrativa.

Florianópolis, 18 de abril de 2005.

Signatários:

Deputado Júlio Garcia - ALESC

Helôisa Betin e Ilson Antonio Bettin - Contratada

\*\*\* X X X \*\*\*

### EXTRATO Nº 036/2005

REFERENTE: 1º Termo Aditivo ao CONTRATO CL Nº 045/2004-00, celebrado em 23/11/2004.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: Primer Produções e Locação Ltda ME

OBJETO: Suspende, por mútuo acordo, as obrigações inerentes ao Contrato CL Nº 045/2004-00.

VIGÊNCIA: A partir de 18/04/2005 até 31/12/2005

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, b c.c art. 78, XIV da Lei nº 8.666/93, previsto no item 1 da Cláusula Sexta do Contrato original e autorização administrativa.

Florianópolis, 18 de abril de 2005.

Signatários:

Deputado Júlio Garcia - ALESC

Helôisa Betin e Ilson Antonio Bettin - Contratada

\*\*\* X X X \*\*\*

## LEIS

### LEI N. 13.345, de 18 de abril de 2005

Estabelece a obrigatoriedade da realização de exames de identificação de catarata congênita, nos recém-nascidos.

Eu, Deputado Julio Garcia, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto no art. 54, § 7º da Constituição do Estado e do art. 304 § 1º, do Regimento Interno, promulgo a presente Lei:

Art. 1º As maternidades e os estabelecimentos hospitalares congêneres, no Estado de Santa Catarina, ficam obrigados a realizar exame de diagnóstico clínico de catarata congênita, em recém-nascidos, pela técnica conhecida como "reflexo vermelho".

Parágrafo único. O exame a que se refere o *caput* deste artigo será realizado sob a responsabilidade técnica do pediatra da unidade.

Art. 2º Os resultados positivos de catarata congênita em recém-nascidos serão encaminhados para cirurgia, em prazo não superior a trinta dias, a contar da realização do exame, bem como, comunicados à Secretaria de Estado da Saúde, objetivando à constituição de um banco estadual de dados.

§ 1º As maternidades e os estabelecimentos hospitalares congêneres, que não dispuserem de estrutura cirúrgica capaz de solucionar o problema, poderão encaminhar os casos positivos, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, às instituições de ensino superior que dispuserem da técnica adequada.

§ 2º A Secretaria de Estado da Saúde colocará à disposição das entidades profissionais específicas os dados, trabalhos e estudos integrantes do banco estadual de dados sobre catarata congênita.

Art. 3º A família do recém-nascido receberá, quando das altas médicas, relatório dos exames e/ou procedimentos realizados, contendo esclarecimentos e orientação quanto à conduta a ser adotada.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a aplicar recursos do Fundo Estadual de Saúde - FES -, para o cumprimento desta Lei, perante a rede pública hospitalar.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de sessenta dias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 18 de abril de 2005

Deputado Julio Garcia

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

### LEI N. 13.346, de 18 de abril de 2005

Acrescenta-se o inciso X, ao art. 7º da Lei n. 10.297, de 1996, que dispõe sobre o ICMS.

Eu, Deputado Julio Garcia, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto no art. 54, § 7º da Constituição do Estado e do art. 304, § 1º, do Regimento Interno, promulgo a presente Lei:

Art. 1º Fica inserido no art. 7º da Lei n. 10.297, de 26 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e de Comunicação - ICMS -, o inciso X, nos termos que segue:

"Art. 7º.....

X - operações efetuadas por cooperativas, sem fins lucrativos, na comercialização de produtos recicláveis."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 18 de abril de 2005

Deputado Julio Garcia

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

## LEI COMPLEMENTAR

### LEI COMPLEMENTAR N. 270, de 10 de dezembro de 2004

Parte vetada pelo Governador do Estado e mantida pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina do Projeto de Lei Complementar que foi convertido na Lei Complementar n. 270, de 10 de dezembro de 2004, que "Altera dispositivos da Lei Complementar n. 253, de 2003".

Eu, Deputado Julio Garcia, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 54, § 7º da Constituição do Estado e do art. 304, § 1º, do Regimento Interno, promulgo a seguinte parte da Lei Complementar:

"Art. 1º.....

IV - as associações de bombeiros que receberem exclusivamente o valor mínimo previsto nesta Lei Complementar, deverão receber os valores obrigatoriamente antes das associações que eventualmente sejam contempladas com valores superiores; e

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 18 de abril de 2005

Deputado Julio Garcia

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIOS

## OFÍCIO Nº 029/05

ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO AUTISTA  
Ofício Circular/2005 - AMA

Joinville, 06 de abril de 2005.

Ilmo. Sr.  
Deputado Júlio Garcia  
DD. Presidente da Assembléia Legislativa  
Florianópolis - SC  
Estamos encaminhando a V. Exa. o Relatório de Atividades/2004, Plano de Trabalho/2005 e Relatório Balancete da Associação de Amigos do Autista.  
Sendo o que tínhamos para o momento, aqui ficamos a disposição de V. Exa. para quaisquer esclarecimentos que se fizer necessário.  
Atenciosamente,

Márcia Beatriz Schreiner  
Presidente AMA - JIle.

Lido no Expediente  
Sessão de 19/04/05

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO Nº 030/05

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
OF. TC/GAP - 4095/2005

Florianópolis, 11 de abril de 2005

Exmo. Sr.  
Deputado JULIO GARCIA  
DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado  
Nesta

Senhor Presidente,

Com meus respeitosos cumprimentos, venho à presença de Vossa Excelência e seus dignos pares para apresentar a essa Augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no artigo 59, § 4º da Constituição Estadual, parágrafo único do art. 112 da Lei Complementar nº 202, de 15/12/2000 e artigo 296, do Regimento Interno, o **Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado, relativo ao exercício de 2004.**

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

Conselheiro LUIZ SUZIN MARINI  
Presidente

Lido no Expediente  
Sessão de 19/04/05

\*\*\* X X X \*\*\*

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS INATIVOS E PENSIONISTAS DO PODER LEGISLATIVO DE SC  
Ofício nº 050/2005

Florianópolis, 13 de abril de 2005.

Ao Senhor  
Éder de Quadra Salgado  
Diretor da Divisão de Anais

Assunto: **Publicação no diário da Alesc para Assembléia da Afipolesc**

Senhor Éder,

Lezir Maria Carpes, juntamente com a diretoria da Associação dos Funcionários Inativos e Pensionistas do Poder Legislativo - Afipolesc, solicita a publicação no Diário da Assembléia, do edital (que segue em anexo) de convocação da assembléia geral ordinária da Afipolesc que será realizada no dia 13/05/05.

Certos de sua atenção, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Lezir Maria Carpes  
Presidente da Afipolesc

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Presidente da Associação dos Funcionários Inativos e Pensionistas do Poder Legislativo de SC - Afipolesc, no uso de suas atribuições de acordo com o Art. 15, do Estatuto da Afipolesc, convoca todos os associados para Assembléia Geral Ordinária a realizar-se no dia **13 de maio de 2005 (sexta-feira)**, tendo como local o Plenário da Assembléia Legislativa, **às 14hs** em primeira convocação com a presença de no mínimo 2/3 dos associados, em segunda chamada com a metade mais um e, em terceira chamada com qualquer número de associados, fixado o espaço de quinze minutos entre uma e outra convocação, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:  
- Apresentação da prestação de contas da Afipolesc do exercício de 2004.

Florianópolis, 13 de abril de 2005.

Lezir Maria Carpes  
Presidente da Afipolesc

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIAS

## PORTARIA Nº 120/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **NIRACI CHIMINELLI**, matrícula nº 1671, no Gabinete do Deputado Gelson Sorgatto.  
Palácio Barriga Verde, em 18/04/2005  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIA Nº 121/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **SAMUEL SILVA**, servidor à disposição na Alesc, no Gabinete do Deputado Cesar Souza.  
Palácio Barriga Verde, em 18/04/2005  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIA Nº 122/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **LEOBERTO BREGUE DANIEL**, matrícula nº 1468, na Comissão de Turismo e Meio Ambiente.  
Palácio Barriga Verde, em 18/04/2005  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIA Nº 123/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde)

CONCEDER LICENÇA a **MARIA APARECIDA TRIDAPALLI ARCHER**, matrícula nº 0596, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-12-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 14/04/05.  
Palácio Barriga Verde, em 18/04/2005  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

**PORTARIA Nº 124/2005** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item II, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Doença Familiar) a **JANDIRA MARIA CEPPO**, matrícula nº 1372, ocupante do cargo de Agente de Portaria, código PL/ATA-6-B, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 30/03/05.

**PORTARIA Nº 125/2005** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **MARIA CELESTE FERREIRA MONTEIRO**, matrícula nº 1389, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-A, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 15 (quinze) dias, a partir de 11/04/05.

**PORTARIA Nº 126/2005** - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **DÉBORA MARA CARDOSO BORGES**, matrícula nº 1294, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-12-B, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 05 (cinco) dias, a partir de 11/04/05.

Palácio Barriga Verde, em 18/04/2005

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIA Nº 127/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

LOTAR **SILVIA REGINA SILVEIRA DA ROSA**, matrícula nº 4633, na Divisão de Taquigrafia.  
Palácio Barriga Verde, em 18/04/2005  
Nazarildo Tancredo Knabben  
Diretor

\*\*\* X X X \*\*\*